

O Remexido e a resistência miguelista no Algarve

José Carlos Vilhena Mesquita

O Remexido e a resistência miguelista no Algarve¹

José Carlos Vilhena Mesquita – Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Ninguém consegue, perante o tablado da História, manter-se indiferente e insensível à figura enérgica, ousada, destemida, heróica e lendária do guerrilheiro miguelista, José Joaquim de Sousa Reis, vulgo o Remexido. Mas a imparcialidade de consciência e de opinião, são atributos que enformam o carácter do historiador no dirimir dos factos, mercê da escrupulosa observação e análise dos acontecimentos. Porém, essa obrigação e esse desiderato de isenção, de equidade e probidade, quando se reflectem na análise da guerrilha do Remexido, nem sempre conseguem manter-se nos níveis de distanciamento necessários ao bom desempenho da integridade ética do historiador. Tentarei, portanto, seguir o meu caminho sem cedências à sensibilidade romântica das interpretações fáceis nem ao facciosismo regionalista com que geralmente se incensam os heróis locais.

Desiludam-se pois os que desejariam ver-me aqui no papel de promotor da defesa de uma figura histórica que cala fundo no coração dos algarvios, pois que, apesar do meu fervor regionalista, não é essa a missão que me destinou o paradigmático estro de Heródoto. Desiludam-se também os que julgavam que aqui me ouviriam pronunciar um panegírico ao caudilho da resistência miguelista, ao justiceiro social em que a força da tradição oral e popular modelou a figura do Remexido, transformando a sua rebeldia na assunção da bandeira dos “humilhados e ofendidos” contra a introdução duma nova ordem política, baseada

na abolição do privilégio, é certo, mas também nos mecanismos do Mercado e do Capital, concentrando os poderes de decisão nas mãos da burguesia, com os quais se agudizariam os seculares antagonismo entre o Campo e a Cidade.

Ocorre-me assim, e de imediato, colocar algumas questões de discussão primacial às quais urge dar respostas, ponderadas e reflectidas, nos mais sólidos alicerces histórico-sociológicos.

Em primeiro lugar, importa destringir se o Remexido foi um guerrilheiro ou um bandido social, conceito sociopolítico muito bem caracterizado e amplamente divulgado na historiografia científica mais credenciada.²

Não raras vezes se confundem os dois conceitos, pois que tanto o guerrilheiro como o bandido social actuam em grupos mais ou menos numerosos, sendo que o guerrilheiro possui uma inspiração mais política do que de revanchismo social, possuindo nas suas fileiras antigos militares que organizam e instruem os camponeses com estratégias e tácticas de guerra, armando-os e preparando-os para emboscadas ou impiedosos ataques de surpresa sobre o inimigo. Para a agregação da guerrilha importa doutrinar os ignaros camponeses infundindo-lhes fortes ideais de justiça social que suportem objectivos políticos, nomeadamente regimes como o absolutismo monárquico, ou

¹ Texto da conferência pronunciada em 5-12-2006, aquando da inauguração da Exposição «Remexido», realizada na Galeria de Arte do Convento Espírito Santo, em Loulé, sob a égide da edilidade local, com a colaboração da autarquia de Lagoa.

² Cf. E. J. Hobsbawm, *Bandits*, Middlesex, Penguin Books, 1985; Idem, *Primitive Rebels*, Manchester University Press, 1959 (tradução brasileira, *Rebeldes Primitivos, estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978); C. Bernaldo de Quitos, *El Bandoleirismo en España y México*, México, 1959; Juan Regla Campistol y Joan Fuster. *El bandoleirismo català*, Barcelona, 1963.

alianças profano religiosas como foi o caso do binómio Trono-Altar, ou de alceamento de certas figuras políticas, como foi exemplo D. Miguel, em Portugal, ou D. Carlos, em Espanha.

Numa perspectiva de observação analítica, verificamos que tanto o guerrilheiro como o bandido social manifestam as suas motivações político-sociais em acções de violência e em ataques inesperados contra os seus oponentes, militares, civis e institucionais. Mas a sua sobrevivência depende não só da sua eficácia política – através do terror infundido nas populações – como ainda no apuro de meios financeiros para a aquisição de víveres e de cartuchame que garantam a manutenção do equipamento bélico. Daí os assaltos às quintas de ricos proprietários, o saque das aldeias mais desprotegidas, os assassinatos e outras atrabiliárias violências, por vezes de vindicta particular, a destruição dos arquivos institucionais, o roubo dos cofres públicos, a interceptação dos postilhões do correio, os assaltos de estrada aos viandantes e almocreves, enfim todo o tipo de impetuosidades de que possam resultar o terror social, a instabilidade política e a insegurança dos cidadãos. Embora as práticas e os resultados pareçam algo semelhantes, não deve confundir-se o guerrilheiro com o bandido social. Explicitemos pois cada um dos conceitos.

O termo **guerrilha** surgiu pela primeira vez na imprensa espanhola durante a guerra de independência (1808-1812) contra a ocupação napoleónica. Despontou na Catalunha e Astúrias, mas rapidamente de Navarra à Andaluzia evoluiu um espírito de resistência contra os invasores franceses. Os militares e os civis, inflamados num sentimento de patriotismo nacionalista, refugiaram-se nas montanhas onde se mancomunaram com os camponeses, infligindo rápidos ataques às fileiras inimigas, numa espécie de “peque-

ninas guerras” (*guerrillas*) de efeito paralisante, pois que despontavam por todo o lado, sem que se pudesse ver ou identificar o inimigo. Por isso passaram a ser designadas por “guerrilhas”, em cujo seio os camponeses adquiriram foros de desembolados sanguinários, numa espécie de horda selvagem vinda da periferia para se vingar do centro, como se fosse um afluxo justiceiro oriundo do campo contra a opressão da cidade burguesa, fiscal e proprietária.³ Nas guerras-civis (até mesmo nas mais recentes) é comum despontarem guerrilhas que se refugiam nas montanhas para se protegerem e recrutarem camponeses, com o objectivo de infligirem ataques às vilas e cidades nos vales, causando o pânico e o terror, através de uma guerra psicológica de desgaste das instituições e da ordem estabelecida. Em Portugal a figura histórica do Remexido é comumente referida como este-reótipo do guerrilheiro que se transforma em herói popular, sendo que em Espanha o que mais se lhe equipara é o famoso Juan Martin Diaz, cognominado de “Empacinado”, temido guerrilheiro que se distinguiu pela sua ferocidade contra as tropas ocupacionais de Napoleão.

Por sua vez, o **bandido social** é uma espécie de resquício, ou de sobrevivente, do guerrilheirismo romântico que assume o peso da justiça social nos seus próprios ombros, tornando-se no rosto visível do surdo movimento reivindicativo que, desde tempos imemoriais, opõe os servos aos senhores, lutando com todos os meios ao seu alcance contra os privilégios em que se estribavam as desigualdades sociais e, por arrastamento, contra a exploração dos proprietários e até dos próprios governantes. O justiceirismo das suas investidas fazia-se contra os ricos fazendeiros e até mesmo contra os cofres públicos, cujo produto do saque era depois distribuído pelos mais desfavorecidos. O mais antigo exemplo vem de Robin Hood,

³ A cidade é o foco da opressão sobre o camponês, pois que é aí que reside o grande proprietário rural que lhes exige o pagamento da enfitense ou aforamento, aprazado nos contratos de arrendamento das terras; é também na cidade que reside o comerciante, que regateia e deprecia o valor das suas produções agrícolas, comprando-as muito abaixo do preço de mercado; é lá que se encontram as instituições de opressão cívica nomeadamente a Câmara, o Tribunal, o Presídio, e, sobretudo, a repartição da Fazenda Pública. Desde os tempos mais recuados que o camponês se sente oprimido pela cidade, pois que raramente de lá recebia algum benefício. Além disso, era da cidade que provinha o cobrador de impostos, o meirinho e as outras autoridades camarárias, que visitavam o campo para lhe cobrar os mais diversos tributos. O campo foi sempre um local de sofrimento e de sacrifício, ao contrário da cidade onde tudo parece abundante e fácil.

sendo que os mais recentes em Portugal foram os de João Brandão e sobretudo de José do Telhado, que o escritor Camilo Castelo Branco retratou nos seus romances.

Segundo refere Hobsbawm, o banditismo social «pouco mais é do que um endémico protesto camponês contra a opressão e a pobreza; um grito de vingança contra os ricos e os opressores, um vago sonho de conseguir impor-lhes alguma forma de controle, uma reparação de injustiças individuais. (...) O banditismo social quase não tem organização ou ideologia, sendo totalmente inadaptable aos modernos movimentos sociais.»⁴

No fundo, o que mais distingue o guerrilheiro do bandido social, ou do bandoleiro, é que o primeiro, mais do que a afirmação da justiça social, persegue também um ideal, um projecto político e uma ideologia. O bandido social não inspira a sua luta num ideal político, mas tão somente na utópica vontade de fazer justiça pelas próprias mãos e de distribuir pelos mais pobres as riquezas com que os exploradores, políticos e proprietários, construíram a sociedade do privilégio e da desigualdade. Por conseguinte, o Remexido, pela essência da sua luta política, deve ser considerado como um guerrilheiro, que só episodicamente assumiu particulares atitudes de bandido social.

Em segundo lugar, importa analisar e compreender as origens, a formação intelectual e a envolvência sócio-cultural que influenciaram mentalmente, e enformaram ideologicamente, o carácter do Remexido, por forma a podermos construir e interpretar o retrato psicossocial do homem/mito, nas suas diversas intervenções político-militares.

Assim, começaremos por esboçar o seu retrato político-sociocultural, passando depois ao discernimento interpretativo e à contextualização da figura do Remexido na época, por forma a poder visualizá-lo como um rebelde, um bandido social e um guer-

rilheiro. As perspectivas de interpretação do seu posicionamento político advêm da sua formação educativa e cultural, assim como da sua evolução mental, claramente conduzida para a conservação dos valores tradicionais e para a sacralidade dos padrões ideológicos em que se alicerçava a sociedade do Antigo Regime, fundamentalmente na supremacia da Igreja e da Coroa, isto é, na primazia da Fé Católica e na predominância do sistema Absolutista. Estes valores estavam perigosamente ameaçados pela emergência europeia dos novos conceitos políticos de Liberdade, de Igualdade e de Fraternidade, que se reflectiriam na repartição dos poderes de Estado e na formação de uma nova ordem política, designada por Liberalismo, que se estribava na formulação de um sistema constitucional-parlamentar. A popularização da Liberdade e, sobretudo, das reformas estruturais – como era o caso das projectadas reformas fiscal e agrária – ameaçavam de morte o sistema vigente, consolidado desde a formação da nacionalidade na desigualdade social e na atribuição do privilégio.

Perante esta situação de mudança e de reformismo, e face à evolução social com que o casamento bafejara o próprio Remexido, permitindo-lhe transitar da plebe camponesa para a fidalguia fundiária, não admira que conduzisse o seu destino para a conservação dos seus interesses pessoais, cuja sustentação estava ameaçada pela introdução do radicalismo reformista, arrasador do velho sistema fiscal, do qual dependia quase em exclusivo a sua sobrevivência, como cobrador dos dízimos da Mitra e do Cabido em S. Bartolomeu de Messines, assim como da Siza e das décimas da Câmara de Silves. Por outro lado, a manutenção da sua família e da sua importância socioeconómica estaria igualmente ameaçada pelo facto das propriedades que herdara passarem a ser taxadas.

No que concerne ao retrato sociocultural do Remexido, impõe-se delinear aqui um bosquejo biográfico, nos seus sucessivos estádios de arquitectura mental

⁴ *Rebeldes Primitivos*, op. cit., p. 15.

e ideológica, até para elucidação dos presentes que, talvez menos conhecedores do tema, pretenderão certamente sair daqui mais esclarecidos sobre o trajecto vivencial do famigerado “Homem da Serra”. Vejamos, pois, quem foi e como se desenvolveu o carácter daquele que a plebe serrenha e o vulgo da periferia incensou como uma espécie de justiceiro da luta de classes.

Origem da alcunha popular de “Remexido”

José Joaquim de Sousa Reis, que sob a designação popular de Remexido se tornaria mais conhecido, nasceu em Estombar, concelho de Lagoa, a 19-10-1796, no seio de um casal de agricultores de poucos recursos. As fatalidades da vida depressa lhe marcaram a existência, ceifando a vida dos pais e deixando-o órfão aos sete anos de idade. Acolheu-se então na casa do tio e padrinho, José Joaquim de Sousa, prior de Alcantarilha, homem piedoso mas de insuficientes meios financeiros, e sem grande importância no seio do presbitério algarvio. Aos catorze anos de idade foi para o Seminário de São José, em Faro, onde se valorizaria pelos seus dotes de inteligência e de perseverança no estudo, destinado que estava a decalcar o trajecto do tio. Não admira pois que aos vinte anos recebesse já as Ordens Menores, que o habilitavam a realizar pequenas celebrações religiosas e a auxiliar o tio, então prior em São Bartolomeu de Messines, nos actos litúrgicos. Reconhecendo-lhe qualidades oratórias, o tio pediu-lhe que pronunciasse um sermão na festa de N.ª Sr.ª da Soledade, cuja audiência lhe granjeou o apreço e o convívio com a fidalguia local. Por isso conheceu e se apaixonou por aquela que viria a ser a sua futura esposa, Maria Clara Machado de Bastos, sobrinha do capitão de ordenanças Manuel Inácio de Bastos, homem de significativas posses e de reconhecido prestígio social, descendente da nobreza terratenente de Tavira. Para desgosto do tio o jovem deixou o trilho presbiteral para “remexer” todas as vias possíveis no sentido de convencer a família de Maria Clara a aceitar o namoro. Apesar das diferenças sociais e da oposição de ambas as famílias, venceu a perseverança, a insistência e a obstinação do pretendente, cuja pertinácia lhe valeu o epíteto de



Casa onde nasceu o Remexido, na freguesia de Estombar.

“Remexido”, outorgado pela própria noiva. Apesar da desigualdade social que os separava conseguiu casar-se com Maria Clara a 26-7-1818 na Igreja Matriz de S. Bartolomeu de Messines, cuja cerimónia seria celebrada pelo Padre Alexandre José Águas, o qual, anos mais tarde, seria assassinado pela guerrilha do próprio Remexido.

Curiosamente o jovem Joaquim José de Sousa Reis – certamente pela sua formação religiosa e pela respeitabilidade adquirida pela recente condição de proprietário local – foi convidado em 1820 para colaborar com o novo regime liberal, o que não rejeitou, trabalhando com fidelidade e competência como Juiz da Vintena, cargo que reocuparia entre 1826 e 1829, zelando pela boa cobrança dos direitos sucessórios e pelas execuções testamentárias. Esta cooperação com as novas autoridades institucionais causou-lhe alguns dissabores e injustos equívocos, pois que

anos mais tarde houve quem o etiquetasse como “malhado”, isto é, adepto do constitucionalismo, o que era absolutamente ridículo face às competências estritamente judiciais que havia cumprido. Aliás, voltaria a ocupar as mesmas funções durante a chamada “usurpação miguelista”.

Para assegurar a sua sobrevivência em estado de nobreza, legou-lhe o tio da esposa a casa onde formaria o lar conjugal, assim como lhe entregou a administração de várias propriedades e ainda a cobrança das rendas dos dízimos da Mitra, na freguesia de S. Marcos da Serra, e dos dízimos do Cabido, na freguesia de São Bartolomeu de Messines. Mais tarde ficaria igualmente encarregue de cobrar a Siza e as décimas da Câmara de Silves. Portanto, e de forma surpreendente, o Remexido, que estava destinado a ser um pobre pároco rural, transformou-se num rico proprietário e num respeitado cobrador de impostos, cuja importância local recrudesceria progressivamente ao longo do conturbado período de afirmação do liberalismo. A sua presença na freguesia de S. Bartolomeu de Messines não passava despercebida, pois que sendo homem instruído dedicou-se à imposição de certos benefícios e melhoramentos, dos quais careciam as camadas mais desfavorecidas daquela próspera freguesia.

Protagonismo social, administrativo e militar

Entre as iniciativas de interesse público promovidas pelo Remexido destaca-se, em primeiro lugar, a criação duma escola masculina de primeiras letras para a educação das crianças pobres. Em Novembro de 1824 requereu à Câmara de Silves a construção de um “forno de poia” no povo de São Bartolomeu, petição essa que lhe foi atendida, ainda que a sua construção só se concluisse alguns anos mais tarde. Mas a sua influência local subiu ao ponto de ser um dos primeiros subscritores da petição emanada pela Irmandade de N.^a Sr.^a da Saúde, requerendo a criação de uma feira anual e franca na paróquia de S. Bartolomeu de Messines, a qual seria aprovada pela autarquia silvense em 30-4-1825, e corroborada por Provisão Régia de 7-7-1825.

Verifica-se pois que o recém instalado Remexido pretendia vincar a sua presença na aldeia de acolhimento familiar, chamando a si o protagonismo de promover a educação das novas gerações, através da importantíssima criação de uma escola básica – o que na época era a única, a suficiente e a necessária instrução para a vida; através da criação do forno de poia (para cozer pão), que foi também um notável melhoramento local, já que constituiu uma espécie de arranque do processo de industrialização que se desenvolveria na aldeia quase um século depois; e através da instituição da feira franca, que dava inquestionavelmente um forte impulso à produção agrícola e manufactureira, cujo escoamento passaria a processar-se com maior desenvoltura, animando assim o sector do comércio, e até a própria concorrência de mercado já que iria rivalizar com as suas congéneres de Silves, Lagoa, Portimão e Lagos. Repare-se que no século XIX a feira de Messines foi apenas precedida pela de St.^a Catarina da Fonte do Bispo, no concelho de Tavira, conhecida como “Feira de Agosto” (30-8-1813); pela de Olhão (1-5-1819), designada por “Feira de Maio” – antecedendo a de “S. Miguel” que era em Setembro; e pela de Alcoutim (26-3-1822) que se realizava de 14 a 16 de Setembro. Só depois é que surgiram a “Feira da Orada”, em Albufeira (31-10-1825) e a feira de Aljezur (17-3-1828). Com o impulso mercantil do Setembrismo instituíram-se a “Feira de Outubro” em Monchique (26-10-1836), a “Feira de Setembro” em Lagoa (8-9-1838), a feira de Vila do Bispo (13-9-1838), e a feira de Ferragudo (16-10-1838).

A popularidade do Remexido tornou-se tão evidente e incontornável que a própria edilidade de Silves achou conveniente e apropriado nomeá-lo para executor das colectas fiscais da Sisa e da Décima, em S. Bartolomeu de Messines, desde 1825 até 1833. Este era um cargo de extrema importância, socialmente prestigiante e judicialmente poderoso, mas que exigia do seu titular um natural equilíbrio entre o bom-senso (para aguardar a cobrança no momento mais favorável ao contribuinte) e a autoridade impositiva, para não tolerar exagerados protelamentos ou escusas. Além disso, como executante fiscal ficava exposto a

uma certa impopularidade, estigma esse que remontava à execração do judaísmo em Portugal, visto caber aos hebreus, em arrematação pública, a cobrança dos réditos fiscais. Mas, por outro lado, identificava-o como um homem rico e poderoso, já que para além de ser o fiel depositário de avultadas verbas (que deveria repor com o seu dinheiro, caso se extraviassem), tinha também autoridade para mandar executar os bens dos devedores.

Este protagonismo localista deu à figura do Remexido uma aura de proeminência e de honradez cujos ecos se estenderiam até Faro, não admirando pois que, certamente por isso, fosse escolhido, com a entronização de D. Miguel, em 1828, para o cargo de Alferes de Ordenanças, acrescentando desse modo a força militar à autoridade fiscal, de que já dispunha. Pode dizer-se, sem exagero, que o José Joaquim de Sousa Reis passou a ser, a partir do retorno ao absolutismo integralista, o homem mais poderoso de São Bartolomeu de Messines. Essa notoriedade seria reconhecida e reforçada, em 1831, com o convite para integrar o recém formado Batalhão de Voluntários Realista de Faro, ao qual tinham aderido as principais figuras da cidade, nomeadamente eclesiásticas, o que parece um contra-senso, face ao pacifismo cristão, mas que atesta a indefectível fusão política entre o Trono e o Altar que inspirava ideologicamente o miguelismo. Curiosamente o Remexido pediria pouco depois escusa do cargo, por deficiência física que o impediria de cumprir o treino militar, reconhecida em junta médica reunida no Regimento de Artilharia n.º 2 de Faro.

Mas quando o Visconde de Molellos foi incumbido, em 1832, de consolidar a defesa do Algarve, face ao perigo eminente de desembarque das tropas liberais na escancarada costa algarvia, o que efectivamente viria a ocorrer em Junho do ano seguinte, nomeou o Remexido para o cargo de Comandante dos Terços de Ordenanças de Silves, certamente por indicação do seu compadre Manoel Raymundo Telles Moniz Corte-Real, distinto procurador de Silves às Cortes de 1828 (que aclamaram D. Miguel como rei de Portugal), capitão-mor e presidente daquela edilidade. No exercício daquele cargo o diligente José Joaquim de



José Joaquim de Souza Reis
(O Remexido)

Copia do unico retrato existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa

Sousa Reis passava a ter às suas ordens 345 homens armados, dispostos a baterem-se pela causa miguelista, muitos dos quais o seguiriam para a resistência armada nas fragas da serra algarvia.

O despertar dos ódios – a emergência do Remexido

A frota liberal, que do Cerco do Porto iniciava uma manobra de ataque à retaguarda inimiga, comandada pelo Duque da Terceira, e designada pelos soldados como a "Falange dos Destinos", desembarcaria no Algarve, mais precisamente na praia da Altura, a 24-6-1833, iniciando-se um período de inusitada fortuna para os liberais, que culminaria com a vitória na batalha naval do Cabo de S. Vicente e a conseqüente tomada de Lisboa a 24 de Julho. Até à convenção de Évora-Monte, assinada a 26-5-1834 pelo derrotado exército governamental, da qual resultaria o exílio do rei D. Miguel e a implantação definitiva do Liberalismo em Portugal, desenvolveram-se no Algarve várias ini-

ciativas militares para desbaratar e repelir os liberais do efectivo domínio das principais cidades da região. É nesse conturbado período de fortes e inconciliáveis antagonismos ideológicos, marcado pelo acirrar dos ódios, que desperta para a ribalta do heroísmo militar a anónima figura do Remexido.

A invasão militar do Algarve, idealizada pelo almirante Charles Napier, mas chefiada pelo Duque da Terceira, investido como Governador Militar, e pelo Marquês de Palmela, investido como Governador Civil (o primeiro na história do nosso país), ocorreu praticamente sem confrontos militares, à excepção de uma leve escaramuça na passagem da ribeira do Almargem e da referida batalha naval, revelando-se como a mais eficaz acção militar do séc. XIX. Foi gritante a inépcia de Mollelos, e a desorganização das tropas miguelistas, ao desprotegerem a estrada para Lisboa, abrindo assim a porta para a tomada da capital.

No período subsequente, entre Agosto e Maio do ano seguinte, viu-se o Algarve a ferro e fogo sob a égide militar do Remexido, cujas tropas não sendo as mais preparadas nem as mais apetrechadas eram, contudo, as mais aguerridas e motivadas para rechaçar o invasor liberal, considerado pela Igreja como herético portador do mal, cuja legitimidade política consubstanciava-se, diziam, no facto de serem os mensageiros do anti-cristo. Na pregação desta espécie de cruzada política contra os supostos inimigos do Trono e do Altar, conseguiram convencer e arrebanhar o povo ignaro, quer os camponeses da zona adjacente ao litoral, quer os serrenhos do interior montanhoso, explorados e espoliados desde há séculos pelos senhorios da velha fidalguia terratenente e pelos novos proprietários da burguesia urbana. Neste emaranhado de deserdados sociais, refulgia como uma espécie de caudilho popular, e de justiceiro da luta de classes, a figura do Remexido, a quem se reconheciam aptidões oratórias e conhecimentos militares para alçar o povo em armas.

O período “legitimista” da guerrilha

Logo que as tropas liberais do Duque da Terceira partiram a conquistar Lisboa, ficou o Algarve entregue

a si próprio com pequenas guarnições de mercenários a guardarem a bandeira da liberdade nas principais vilas e cidades algarvias do litoral, principalmente em Lagos, Silves, Faro, Olhão e Tavira, sendo neste contexto Vila Nova de Portimão um porto estratégico a preservar. Na falta de abalizadas chefias militares e de credenciadas autoridades políticas para sustentar a causa absolutista no Algarve, surgiram de forma natural as guerrilhas formadas pelos restos da tropa regular que não fugira com Molellos para o Alentejo, à qual se juntaram muitos populares desejosos de se apoderarem do saque das casas fidalgas e dos cofres públicos das terras mais desprotegidas.

Entre as chefias militares nomeadas por Molellos para defender os pontos estratégicos da região, destacou-se o Remexido, incumbido de reunir as suas Ordenanças de cavalaria e de infantaria em Messines para obstar à passagem do exército liberal, no caso deste se dirigir para Lisboa, como aliás veio a acontecer. A sua missão, face à escassez de homens e de armamento, resumia-se a ocupar pontos altos e estratégicos na estrada para a capital, começando pelo lugar de Vale da Velha e passando depois a S. Marcos, onde estabeleceu uma espécie de quartel general da tropa de 3.^a linha para interceptar as comunicações militares (mensageiros pedestres e correios equestres) e fustigar quando possível as colunas da retaguarda do exército invasor, dado que conhecia perfeitamente os recônditos da serra. Parece que o Remexido chegou mesmo a congeminar um ataque quando nas imediações de Messines presenciou as tropas do Terceira algo descontraídas nos espontâneos festejos aí surgidos com a notícia da vitória naval da frota liberal chefiada pelo Almirante Charles Napier. Foi essa notícia que levou o Duque da Terceira a tomar rapidamente a estrada para Lisboa, numa correria em marcha forçada, para tentar lá chegar primeiro que Napier, cuja frota logicamente navegaria para a capital, onde as guarnições militares ali estacionadas dificilmente conseguiriam resistir a um bombardeamento naval. O Remexido não tinha meios para fazer frente ao exército inimigo, retirando-se por isso para as fragas da serra com ordens do próprio Molellos para conferenciar com o Major André Camacho Barbosa, que se encontrava em Almodôvar com

o objectivo de reunir uma numerosa força de guerrilheiros para assegurar, assim que as tropas liberais partissem, a reacção da causa miguelista nas vilas e cidades do sotavento algarvio, desde Loulé até Vila Real de St.º António.⁵ E, de facto, não tardou muito que o Major Camacho lograsse alcançar os seus intentos, pois que a 24 de Julho, quando os liberais tomavam Lisboa, caía quase em simultâneo a vila de Loulé nas mãos dos miguelistas, debaixo da rasoira de um banho de sangue absolutamente inadmissível, bárbaro e desumano, que apenas serviu para acicatar os ódios e tornar de todo irreconciliáveis as facções políticas e as forças beligerantes. Ao mesmo tempo que nas ruas da vila se passavam pelas armas ou pelo gume das baionetas os cidadãos indefesos conotados com o partido liberal, no edifício da Câmara o Major André Camacho procedia, pela tirânica imposição da força, à nomeação duma nova vereação de indefectíveis servidores da causa miguelista, cujo elenco até agora se desconhecia.⁶ Pela leitura dessa acta de vereação ficamos também a saber que o nome completo do comandante da “guerrilha do Centro”, era André Camacho *Jorge* Barbosa, pormenor curioso até agora ignorado.

Na reconcentração das forças miguelistas reunidas em Almodôvar ficou decidido que ao Remexido incumbiria a responsabilidade de combater os militares liberais (na sua maioria mercenários belgas, suíços, franceses e italianos), e de reconquistar as localidades do barlavento, desde Lagos até Albufeira. Por isso se autodesignava “capitão comandante das guerrilhas da direita”, em oposição ao tenente Sebastião Martins

Mestre que capitaneava a “guerrilha da esquerda”, compreendendo toda a zona sotaventina, isto é, desde a serra de Tavira até Vila Real de St.º António. O Remexido, como não tinha local fixo para aquartelar os seus homens, passou a identificar-se, nos ofícios e proclamações que subscrevia nas terras por onde passava, como estando ali em “Quartel Volante”, por não ter um local de ocupação efectiva que lhe permitisse fixar ou acantonar as suas forças.⁷ Isto denota fragilidade, improvisação e falta de organização, revelando o quão precária era a campanha militar que abraçara. Inclusivamente ambos os caudilhos estavam cientes de que não teriam outros apoios militares senão aqueles que pudessem arrebanhar e treinar na serra, porque o grosso do exército realista havia-se reunido em torno de D. Miguel, tentando resistir nos campos de batalha e, por fim, na cidade de Évora, ao avanço vitorioso dos liberais, que culminaria na inglória rendição ditada pela assinatura da Convenção de Évora-Monte.

A primeira coisa que o Remexido fez foi atacar, a 19-7-1833, a sua própria aldeia de S. Bartolomeu de Messines, dando claramente a entender que a sua campanha militar não passaria de uma rasoira de vinganças e de desaforos contra inimigos pessoais e outras ofensas de carácter privado. Por isso mal entrou no povoado tratou de trucidar a guarnição que defendia a aldeia, de saquear as casas e de chacinar alguns cidadãos, num gesto de barbárie muito comum entre guerrilheiros, que apenas pretendem satisfazer com sangue os seus ódios e desavenças privadas. A violência dos seus homens não tinha limites, e as vidas

⁵ Convém esclarecer que nesta altura existiam oficiosamente organizadas três guerrilhas nas terras do interior algarvio, sob o comando de diferentes chefes militares, a saber: André Camacho a leste, Remexido a oeste, e ao centro o capitão José Pedro de Barros, do sítio dos Canos, em Loulé. Mas acima deles, coordenando o comando e as actividades militares dos três, estava o tenente-coronel Sebastião Martins Mestre, Governador da Praça de Vila Real de Santo António, que seria assassinado logo após a Convenção de Évora-Monte.

⁶ Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/B/A/001/Lv.º 124 (1832-1834), Livro de Actas da Vereação, fls. 132-132 v.º, sessão de 27-07-1833. «(...) na Notável Villa de Loulé e Casas da Camara della ahi sendo presentes = O Juiz Veriador Marianno José Francisco Correia (sic) Negrão, Nomeado pello Illustrissimo Manjor (sic) Comandante da Força Armada André Barboza Camaxo, digo André Camaxo Jorge Barbosa, o sigundo Veriador Thomé Martins Faisca e no impedimento do veriador mais mosso José Pedro de Barros e no de Procurador do Concelho o Alferes António Joaquim Guerreiro, pelos quais todos em consequência de Eu Escrivão ter vindo na Pautta Regia numiado (sic) como tal por Sua magestade Fidelíssima El Rey Nosso Senhor tomando posse e juramento deste Officio juntamente com os mais Officiais da Camara compreendidos na mesma Pautta determinando-se na presente Veriação que eu trate no exercicio de Escrivão da mesma pela vagancia de José de Azevedo e Silva que dantes o servia...»

⁷ Comprova a existência desse Quartel Volante, que a 9-1-1837 estava no Ameixial, um ofício do próprio Remexido dirigido ao Prior de Loulé pedindo-lhe que o remetesse ao Governador Militar de Loulé, afim de lhe dar parte “do meu comportamento e da Força do meu comando”. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/H/002/Mç. 003 (1837).

inocentes ceifadas por todo o lado onde passasse a guerrilha deixava atrás de si uma bruma de ódio e de vingança que jamais seria esquecida ou perdoada. Seguiram-se idênticos ataques a outras localidades, onde o pretexto de se aclamarem os “inauferíveis” direitos de D. Miguel ao trono, justificava o saque e a destruição, não só dos bens como das vidas dos soldados e cidadãos acusados de desafectos ao “Trono e ao Altar”. Mas os alvos mais apetecidos eram sempre o estanco do tabaco e os cofres públicos, cujo produto em dinheiro servia para comprar provisões e pagar o pré dos soldados. E quando não encontrassem os dinheiros públicos nem os proprietários mais ricos, cevavam o ódio de vingança nos cidadãos acusados de simpatizarem com a causa liberal, tratando de molestar-lhes as famílias e de despedaçar-lhes os bens, incendiando casas, arrombando adegas e celeiros, derramando vinhos e azeites, despedaçando colheitas e roubando tudo o que tivesse valor. Sucedeu assim nos ataques às aldeias mais próximas, cujas defesas militares o próprio Remexido conhecia ao pormenor, nomeadamente em Alcantarilha, Estombar (sua terra natal), Mexilhoeira, Ferragudo, Porches, e nas vilas de Portimão e Lagoa. Só a cidade de Lagos escapou à pilhagem dos desembolados saqueadores, porque se refugiou no interior das suas velhas muralhas, confiando a defesa nas mãos do Barão de Faro, ao tempo governador militar da região, que dispunha de um razoável grupo de soldados bem treinados e disciplinados. De resto, toda a zona do barlavento algarvio caíra em poder das guerrilhas do Remexido, cujas fileiras iam engrossando conforme se sucediam os seus sucessos, isto é, conforme avultavam os saques e as vinganças pessoais. As hordas guerrilheiras transformaram-se a breve trecho numa sede de vingança do campo contra a cidade, numa onda de justiça social que opôs o camponês contra o proprietário rural. O mesmo aconteceu também noutras aldeias alentejanas dos arredores de Almodôvar, de Ourique e até de Odemira.

O ataque a Loulé

A 24 de Julho de 1833, precisamente no mesmo dia em que Lisboa caía às mãos das tropas do Duque da Terceira, as mesmas que no Algarve haviam desembarcado exactamente um mês antes, as guerrilhas miguelistas comandadas pelo Major André Camacho, atacavam ferozmente a vila de Loulé perpetrando as maiores crueldades e indescritíveis atrocidades, resultando tudo num imperdoável banho de sangue, a fazer lembrar os tempos da barbárie e da incivilidade.

A chacina de Loulé, perpetrada pela guerrilha do Camacho, excedeu todos os limites, tornando-se num dos mais abjectos e desumanos episódios militares ocorridos durante as lutas liberais. Parece, todavia, que a sua atitude terá ocorrido no seguimento de uma torpe provocação infligida pelos mercenários soldados franceses no espírito religioso das gentes da serra. E as feridas abertas pelas invasões napoleónicas não estavam ainda de todo saradas. Com efeito, parece que uns indivíduos de Loulé, acompanhados por soldados franceses pertencentes ao batalhão que estava estacionado em Faro, deslocaram-se a Salir onde fizeram certas tropelias na Igreja, degolando as imagens e derramando as hóstias da píxide. O povo, ultrajado nas suas mais sagradas convicções, levantou-se em massa para vingar a afronta.⁸ Os prevaricadores conseguiram chegar a Loulé, mas o povo da serra, ofendido com a herética encenação, aderiu à guerrilha do major Camacho, formando uma horda avaliada em três mil “montanheiros” que, na noite de 23 Julho, montou um apertado cerco à vila. Beneficiando de alguns colaboracionistas no interior do burgo fizeram o assalto na manhã seguinte, sendo varados pelas balas ou assassinados às mãos da turba cerca de trinta soldados franceses, cujos restantes camaradas fugiram para Faro, deixando os louletanos entregues à sanha dos miguelistas. O ódio que ressumava dos

⁸ «Um tal Vivaldo, um certo Pincho, um Gouveia, e mais outros com alguns soldados franceses, chegados a Salir, entraram a fazer arruaça. Não satisfeitos com esta proeza, invadiram o templo, tiraram os santos dos altares, formaram-nos no corpo da igreja, com a sagrada Piscede; e fingindo um combate entre os santos, foram os graciosos degolando as sagradas imagens. Não contentes ainda, entornaram a Piscede, e puzeram-se a calcar aos pés as particulas ali contidas.»

Francisco Xavier de Ataíde Oliveira, *Monografia de Loulé*, Porto, Typ. Universal, 1905, p. 246.

serrenhos era tão grande que nem os padres escaparam ao morticínio, subindo a escala da violência ao extremado ponto de nem mesmo as senhoras da melhor sociedade ficarem incólumes à mórbida vingança dos seus algozes.⁹ O roubo tornou-se, na generalidade dos casos, o móbil próximo de todas as sevícias e barbaridades então cometidas. E à ferocidade e vileza, como a maioria desses crimes foi executada, é que o Remexido ficou a dever a sua execrável popularidade, sendo crescente o ódio que lhe dedicavam as gentes cidadinas. Por essa razão é que quando, após Évora-Monte, desejou regressar ao convívio dos seus familiares foi-lhe negada essa possibilidade, mercê da sede de vingança que grassava entre as vítimas das suas sanguinárias atrocidades.

Num processo de acusação movido dois anos depois contra um dos serrenhos, consta uma relação das vítimas assassinadas entre o dia 24 de Julho e 5 de Agosto de 1833, que não sendo exaustiva chegava, porém, ao pormenor de enunciar a identidade e descrever o acto em que perderam a vida 41 cidadãos, alguns dos quais foram torturados e queimados.¹⁰ Estes bárbaros acontecimentos causaram profunda apreensão e grande pesar junto das populações vizinhas, sendo de realçar a preocupação manifestada pelos municípios fiéis à causa da Rainha, nomeadamente o da cidade de Tavira, para que se divulgasse “tão crua barbaridade” e se publicasse a identidade das vítimas.¹¹

Pouco depois, ainda no rescaldo do assalto a Loulé, foram sumariamente executados em plena estrada, no sítio das Ameixeirinhas, um grupo de dezasseis

cidadãos que iam supostamente para Almodovar a fim de serem ali julgados.¹² Não deixa de ser sintomático, e característico de um premeditado extermínio político, o facto da maioria das vítimas dos guerrilhas terem sido assassinadas a caminho da prisão ou de um anunciado julgamento, que os seus captos já sabiam que nunca se realizaria, talvez até por serem previamente essas as ordens que lhes eram confiadas. Por conseguinte, estamos perante uma forma vil de eliminação física do opositor político, contrária aos mais elementares e circunspectos princípios militares. Numa situação de guerra, como era aquela que efectivamente se vivia, não podiam os civis ser chacinados, e muito menos fuzilados, sem prévio julgamento. Além disso, só os militares podiam ser passados pelas armas, visto ser essa a pena capital que lhes estava destinada em caso de deserção ou de traição à pátria. Perante a circunstância dos factos, somos forçados a ter que admitir que as guerrilhas não se regiam, ou pelo menos não assumiam, os preceitos e a disciplina militar a que tudo indicava estarem sujeitas. Existem, portanto, incontestáveis indícios de o partido absolutista estar entregue no Algarve a grupos armados, sem preparação nem disciplina militar, que se comportavam como bandoleiros e saqueadores. Talvez, por essa razão é que após Évora-Monte esses salteadores retomaram as suas rapacidades, arvorando, dessa vez sem grande plausibilidade, a bandeira dos «inauferíveis direitos» de D. Miguel ao trono. Parece, pois, que as guerrilhas que se formaram no Algarve em nome do regalismo miguelista organizaram-se nos moldes do bandoleirismo e, em certos momentos, quase à imagem dos salteadores de estradas. Praticamente não tinham

⁹ Uma das atrocidades que mais chocou a opinião pública desse tempo ocorreu com D. Felicidade Perpétua, rica proprietária de Loulé, barbaramente assassinada com os requintes de malvadez que um testemunho coevo descreve nos seguintes termos: «Quando entraram as guerrilhas em Loulé, aonde cometeram imensas mortes horrorosas, D. Felicidade fugiu de sua casa e refugiou-se em casa de uma parteira que lhe assistia na sua moléstia», porém esta denunciou-a por dinheiro e por isso «levaram-na para uma casa na vila e o José Maria Bandeirinha principiou a confessá-la, para que ela declarasse onde tinha as suas riquezas. (...) Com o maior escárnio levaram-na sobre uma estremeira, cortaram-lhe os peitos, picaram-lhe o corpo todo com as pontas das baionetas e enfiaram-lhe uma grande estaca pelas suas partes, e depois semiviva, enterraram-na na estremeira com os pés e mãos de fora.» [Lázaro Doglioni] *Memórias sobre a Aclamação do Infante D. Miguel em Faro*, Faro, D.R.S. da SEC, 1990, p. 58.

¹⁰ Uma súmula dessa relação das vítimas dos guerrilhas foi publicada por F.X. Ataíde Oliveira na sua *Monografia de Loulé*, op. cit., pp. 247-256.

¹¹ «Agradeço muito a V. S.^a [presidente da Câmara de Loulé] o seu obsequio de meremetter a Relação nominal das Illm.^{as} Victimias da Usurpação, no dia 24 de Julho de 1833, nessa Villa; (...) Com effeito!! 49 pessoas de ambos os séxos, das Classes mais respeitáveis, ou Chefes de Familias, numa Villa como Loule, todos em um so dia, gratuitamente emuladas ao furor da Usurpação... tam crúa barbaridade, em tam curto espaço!!! Praza ao Céu que os dignos discendentes, de tam nobres victimias, Ah! Nunca esquecerão tanta tyrania, para sabê-la vingar com a illustração, e o Amor da Liberdade.» Este ofício do Presidente da Câmara de Tavira, Gonçalo Tello de Magalhães Collaço, está datado de 25-4-1836.

Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/C/A/003/Mç. 015 (1836).

¹² A identidade de alguns desses dezasseis infelizes está citada na *Monografia de Loulé*, pp. 256-258.

consciência política, nem coesão partidária, tudo indicando que se propunham lutar pela conservação da tradicional hegemonia religiosa do catolicismo, sendo talvez esse um dos principais motivos de adesão das camadas rurais às guerrilhas. Por outro lado, a encrespação, o desforço e a pilhagem contra os grandes proprietários (que o novo regime designava por “honrados lavradores”), ou contra os ricos comerciantes e os cidadãos burgueses dos serviços da administração pública e das profissões livres, levam-nos a admitir que a violência dos “serrenhos” era uma forma de exteriorização da injustiça social acumulada. E apesar do governo, para obstar à crescente insegurança que se fazia sentir nas terras do interior, ameaçasse *arcabuzar* os clérigos e paisanos que fossem detidos com armas na mão, o certo é que não dispunha de meios eficazes para combater as guerrilhas. Ficava-se pela ameaça de julgamento sumário e de execução imediata dos prevaricadores.¹³

A chacina de Albufeira

Mas o mais bárbaro ataque das guerrilhas miguelistas aconteceu na vila de Albufeira, perpetrado a 26-7-1833, onde, para além das acostumadas sevícias, pilhagens e roubos de toda a casta, também se cometeram indesculpáveis excessos, dos quais o próprio Remexido se haveria de arrepender, tentando depois justificar-se com o fuzilamento dos principais algozes de tão cruel arremetida militar. Acerca desse selvático episódio, que manchou de forma indelével a figura popular e o prestígio militar do Remexido, existe um pequeno livro de autor nunca desvelado, publicado em 1838, sob o título *Memória dos Desastrosos Acontecimentos de Albufeira*, no qual se revelam ao pormenor todas as atrocidades cometidas. O que se passou na vila de Albufeira foi uma verdadeira chacina, uma

matança indiscriminada de gente inocente, perseguida por uma horda ululante de facínoras sedentos de sangue e de ouro, violando, fuzilando, acutilando, ou trespassando à baioneta e à facada tudo e todos, não poupando crianças nem mulheres. Os cadáveres amontoados foram enterrados em valas comuns sendo, ainda hoje, desconhecido ao certo o número de vítimas, havendo quem diga que foram vinte, quarenta ou mesmo oitenta as vidas ceifadas naquela vila pelos selváticos guerrilheiros do Remexido. Este foi o acontecimento mais brutal e desumano de que há notícia no Algarve, sendo que no nosso país não se conhece outro semelhante nos últimos duzentos anos. A matança foi tão ferozmente cruel que nunca mais o Remexido poderia sair impune do tablado da História, mesmo que o seu partido se sagra-se vencedor da guerra-civil. Mais uma vez se chama a atenção para o facto de ser impossível na época esquecer e perdoar as atrocidades do Remexido, não admirando pois que mesmo incluído na amnistia geral, decretada pelos liberais em 1834, o povo, nomeadamente a gente da sua terra, não aceitasse o perdão oficial e quisesse vingar na sua família todas as atrocidades cometidas em nome do Trono e do Altar.

O combate de Santana da Serra

O maior feito militar ocorrido sobre a égide do chamado «Homem da Serra», como por vezes oficialmente era designado o Remexido, foi o combate realizado 24-4-1833 junto à ermida de Santa Ana, nas imediações de S. Bartolomeu de Messines, que deu às guerrilhas a suprema glória de terem vencido uma força do exército regular, acabada de chegar ao Algarve sob o comando do Barão de Sá da Bandeira.¹⁴ As circunstâncias, quer do terreno quer das forças militares,

¹³ Atente-se no decreto-lei de 22-8-1833, lavrado pelo próprio D. Pedro IV, cujo artigo primeiro dizia textualmente o seguinte: «Os Eclesiásticos, e paisanos, que forem apprehendidos com as armas na mão, e bem assim os Officiaes Militares, que commandarem Corpos irregulares, de qualquer denominação que sejam, ou que se acharem a elles reunidos, serão immediatamente arcabuzados».

Chronica Constitucional de Lisboa, n.º 26 de 24-8-1833, p. 133.

¹⁴ O Regente D. Pedro a 19-2-1834 nomeou Sá da Bandeira para comandar as tropas que se dirigiam para o Algarve, a fim de atraírem e de desconcentrarem as forças miguelistas que, sob o comando de Tomás Cabreira, se encontravam estacionadas no Alentejo, de onde obtinham largas quantidades de cereais e mantimentos destinados a abastecer o grosso do exército miguelista. O objectivo de Sá da Bandeira era precisamente o de atacar a retaguarda do exército miguelista, por forma a fraccionar as suas forças e enfraquecer o centro das operações militares, situado entre Santarém e Évora.

Vide Luz Soriano, *Vida do Marquês de Sá da Bandeira*, Lisboa, 1887, vol. I, p. 396.



Uniforme oficial do Regimento de Caçadores a Cavalo em 1834.

eram francamente desfavoráveis para os liberais, pois não esperavam enfrentar o brigadeiro Tomás Cabreira que do Alentejo viera reunir-se aos homens do Remexido, formando um exército de 5000 soldados de infantaria e 300 de cavalaria.¹⁵ O desprevenido Sá da Bandeira dispunha de 1000 soldados e 80 lanceiros, e várias peças de artilharia que num terreno tão acidentado como o da serra só serviram para atrapalhar a marcha dos soldados, tornando-se presa fácil dos homens do Remexido que, conhecendo os recônditos do terreno, fustigaram impiedosamente a retaguarda e os flancos do inimigo. O combate resultou numa gloriosa vitória para o exército miguelista, que viu Sá da Bandeira retirar quase em desordem para Silves, em cujo castelo reorganizou forças, ainda que vergado pelo opróbrio da derrota.¹⁶

Motivado pelo sucesso deste combate o brigadeiro Tomás Cabreira marchou para Faro desejoso de conquistar a capital da província, e assim restabelecer uma nova frente de combate que permitisse reavivar a causa miguelista, então praticamente confinada ao centro alentejano, em cuja cidade de Évora se refugiara o rei D. Miguel. Apesar das constantes investidas e heróicos combates ocorridos nas Campinas e sobretudo em Santo António do Alto, o exército miguelista de Tomás Cabreira nunca conseguiu entrar em Faro.¹⁷ Mas os farenses, heroicamente auxiliados pelo Corpo de Atiradores Belgas, viram do alto dos seus muros as tropas miguelistas a cometerem imperdoáveis devastações nos seus haveres e sobretudo a perpetrarem bárbaras agressões contra os cidadãos indefesos, ofensas essas de que haveriam de vingarse mais tarde, quando aquele general foi detido e assassinado na cadeia desta cidade (21-11-1834), após solicitar a amnistia político-militar a que tinha direito ao abrigo da Convenção de Évora-Monte.

Os combates que se seguiram sob o comando de Sá da Bandeira, contra as tropas do Remexido, tanto em Lagoa como especialmente em Portimão (com dezenas de baixas), assim como as escaramuças de Estombar e de Messines, foram todas favoráveis aos liberais, que poucos dias depois, em 26 de Maio de 1834, viam cessar os confrontos militares em cumprimento do acordo de paz firmado pela Convenção de Évora-Monte. Não sem que antes os soldados belgas comandados por Le Charlier e as tropas do próprio Sá da Bandeira fossem a São Bartolomeu de Messines invectivar a família do Remexido, queimando-lhe a casa, com todos os seus haveres, deixando-lhe a mulher e filhas nas maiores privações, o que as obrigaria a

¹⁵ No relatório dos acontecimentos elaborado por Sá da Bandeira, consta que o efectivo militar comandado por Tomás Cabreira era constituído pelos Regimentos de Infantaria nº 2 e nº 4, pelo de Caçadores nº 4 e um esquadrão de cavalaria, duas bocas de fogo e uma inumerável quantidade de guerrilhas, num total de 4.000 homens armados e bem equipados.

¹⁶ Sá da Bandeira esconde de certo modo o seu fracasso militar no combate de Santana da Serra, afirmando que as hostes miguelistas perderam mais de 300 homens, enquanto as tropas constitucionais sofreram a perda de 113 efectivos, a saber: 35 mortos, 70 feridos e 8 desaparecidos, a que acrescem outros danos, como por exemplo o abandono de bagagens, de munições e da peça de artilharia de calibre 3. Por sua vez, o sucesso do brigadeiro Tomás Cabreira no confronto de Santana (que a imprensa da época erradamente designou por batalha de Vale da Mata), foi compensado por D. Miguel com a sua promoção a Marechal de Campo.

¹⁷ Os ataques à cidade de Faro, muito concentrados sobre o reduto militar, depois designado por Duque de Bragança, e sobretudo sobre a igreja fortificada de Santo António do Alto, prolongaram-se ao longo de 16 horas de feroz assédio, do qual, segundo o relatório de Sá da Bandeira, resultou a perda de mais de 300 homens, entre mortos e feridos pela acção fustigante da artilharia comandada pelo capitão De Crechen e pelos bravos soldados belgas chefiados pelo tenente Bailly, ambos integrados no Corpo de Atiradores Portugueses (maioritariamente constituído por belgas, mas no qual também se integraram alguns oficiais e soldados alemães, italianos, espanhóis, suíços, franceses, irlandeses e polacos). Sobre a disposição dos redutos militares na cidade de Faro, veja-se na p. 189, a planta da cidade de Faro levantada pelo coronel Pereira do Lago em 1834.



Tomás Cabreira, Marechal de Campo do Exército Miguelista.

fugirem da aldeia. Não contentes com isso, os soldados vingaram-se ainda nos pesados sinos da Igreja que, por terem tocado de júbilo após a batalha de Santana da Serra, seriam quebrados e para sempre inutilizados. A família Remexido foi assim ultrajada e banida da aldeia de Messines, não obstante a popularidade e benquerença de que sempre ali usufruiu, a qual, em boa verdade, ainda mantém.

A insustentável resistência miguelista

O período subsequente à paz convencional de Évora-Monte ficou marcado por uma acentuada vontade revanchista dos liberais, que, vencedores da guerra-civil, sentiram a compreensível necessidade de sacia-

rem a sua sede de vingança nas vidas e, sobretudo, nos bens dos mais notáveis representantes do regime deposto. Para contrariar essa onda revanchista o governo saído da Convenção de Évora-Monte mandou publicar uma lei de amnistia para todos aqueles que tivessem sustentado, com ou sem armas na mão, o partido e o governo da Usurpação.¹⁸ Em consonância à lei da amnistia, vários cidadãos conotados com o partido miguelista apresentaram-se às autoridades concelhias pedindo o indulto que a ordenação régia lhes concedia. Na vila de Loulé requereram o indulto oficial treze cidadãos, considerados como os mais indefectíveis defensores do governo da Usurpação, que assim se viram defendidos pelas próprias autoridades militares de qualquer ataque revanchista dos seus anteriores adversários.¹⁹

Apesar do Duque de Palmela, como chefe do primeiro governo constitucional (24-9-1834 a 28-4-1835), ter nomeado para o executivo certas personalidades não totalmente descomprometidas com o regime anterior, razão pela qual o governo, e o período político decorrido entre 1834 a 1836, ficou conhecido como sendo de “amalgamação”, isto é, de fusão do passado com o presente, o certo é que o apelo à tolerância e à contemporização política em cumprimento dos termos da amnistia para os adversários políticos e militares, não surtiu os desejados efeitos, assistindo-se por todo o país a uma onda de atrabiliárias perseguições, detenções, espancamentos, espoliação de bens e até de cruéis assassinatos.

¹⁸ Para tentar engajar o maior número de aderentes e desmoralizar as hostes oponentes pela deserção dos seus efectivos, tanto os miguelistas como os liberais publicaram, durante a guerra-civil de 1832-1834, decretos de amnistia, dirigidos especialmente aos militares que se baldeassem de um campo para o outro, renunciando desse modo às suas posições políticas por suposta aquisição de esclarecimento, reflexão ou convicção sobre a injustiça ou impedimento legal da causa que acabavam de renunciar. Dentre os decretos de indulto mais abrangentes, e até mais convincentes, destacam-se três, curiosamente emanados pelo partido liberal, sendo o primeiro datado de 17-7-1832, o segundo de 31-8-1833, e o terceiro, mais conhecido como o Decreto da Amnistia Geral, de 27-5-1834, no qual se concede perdão «por todos os delictos Políticos, cometidos desde o dia trinta e um de Julho de mil oitocentos e vinte e seis, a todas as pessoas que se submeteram, ou que vierem a submeter-se ao Governo da Rainha Fidelíssima dentro de quarenta e oito horas depois da publicação deste Decreto nas Cabeças dos Conselhos, apresentando-se às Auctoridades locais, de quem receberão guias, não tendo essas pessoas sido antes disso obrigadas pela força das armas».

Cf. Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas, 3.ª série, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1835, p. 175.

¹⁹ Da lista oficial dos indultados, que em Loulé requereram a protecção da lei da amnistia, constam os seguintes cidadãos: «Marianno Joze Francisco Correia Negrão; João Palermo de Aragão; Manoel Rebello; Francisco Pinto; Florencio Cavaco; o sobrinho do Padre Gouveia; José Joaquim Camacho, de Almodôvar; Joze Pedro de Barros, dos Canos; os dois Pay e filho de Cabeça de Mestre; Francisco de Souza Faisca, de Val Judeu; o Capitam Thome Cabrita, de Salir; Manoel Joaquim, da Goldra».

Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/H/002/Mç. 002 (1835), “Relação das Pessoas que segundo minha lembrança se me apresentaram em tempo para gozarem da Amnistia concedida pella Convenção de Évora Monte”.



Ermida erigida no local onde decorreu a batalha de Santana da Serra.

Um clima persecutório e de justicialismo popular, contra o qual as autoridades não se insurgiam com eficácia, gerou uma onda de indignação, com repercussões na imprensa nacional e sobretudo estrangeira, que quase diariamente relatava episódios de assaltos e assassinatos por todo o país. Contudo, o fulcro da instabilidade e da insegurança nacional instalara-se particularmente no Baixo Alentejo e na serra algarvia, em cujos recônditos se acoitavam antigos soldados do exército realista, misturados com camponeses,

presbíteros e outros proscritos do miguelismo. O ambiente político era-lhes totalmente desfavorável, receando por isso regressar aos seus lares. Sentiam-se como que banidos na sua própria terra, refugiando-se na serra, na expectativa duma bonança política que tardou até ao desespero.

Volvidos seis meses de aparente acalmia as hostilidades reacenderam-se novamente nas imediações de S. Bartolomeu de Messines, onde o comandante da Guarda Nacional, pretendendo capturar o Remexido, fizera uma sortida contra «os guerrilhas matadores que se refugiarão nas Serras», acabando por ser assassinado durante a caçada em que ele próprio fora a principal presa. Estava assim criado o *casus belli* com que as autoridades instituídas pretextaram a necessidade de extermínio dos bandoleiros que se acoitavam na serra.

A partir daí, por toda a serra algarvia surgiram bandos armados de salteadores, que em nome dos “inauferíveis direitos” do Rei D. Miguel amedrontavam as populações das aldeias e montes do interior, obrigando-as a pagar uma espécie de imposto contra-revolucionário, cobrável em víveres e dinheiro. Os proprietários que se mostrassem irredutíveis às ameaças viam-se forçados a abandonar os seus lares e a procurarem refúgio nas cidades e vilas do litoral. Para combater o banditismo que assolava a serra constituíram-se colunas móveis que embrenhando-se pelas escarpas dos montes deram destemida caça aos salteadores, capturando mais de cinquenta desertores.²⁰

Estranhamente, sentia-se no seio dos Batalhões Móveis, dos Corpos de Voluntários e da Guarda Nacional um clima de permanentes rivalidades, com desentendimentos e até desacatos. Dizia-se que nos dois primeiros existiam muitos “legitimistas” camuflados, suspeitando-se até que neles se incorporaram antigos guerrilhas.²¹ Em contrapartida, nas Guardas Nacionais, dizia-se que só se admitiam os fiéis a D.

²⁰ Arquivo Distrital de Faro, Núcleo do Governo Civil, Livro de Correspondência com os Ministros, 1834-1835, n.º 327-A, ofício n.º 173 de 9-1-1835 e n.º 205 de 9-1-1835, fls. 122 e 140.

²¹ A.D.F., Núcleo do Governo Civil, Livro de Correspondência com os Ministros, 1834-1835, n.º 327-A, ofício n.º 408 de 23-6-1835 e n.º 447 de 16-8-1835, fls. 277 e 315 v.º.

Maria, reconhecidos como inimigos de D. Miguel. Por isso as populações sentiam-se mais protegidas quando nas suas terras aboletavam os batalhões da Guarda Nacional.

Não obstante a amnistia político-militar decretada pelo governo para pacificar o país, o certo é que os liberais instigavam a plebe a perseguirem e tirarem desforço contra os antigos soldados de D. Miguel e seus apaniguados políticos. Na lista negra dos inimigos da pátria liberal figuravam os nomes do Remexido, no Algarve, e do Padre Marçal José Espada, no Alentejo. Se antes eram adversários políticos, passaram, agora, a foras-da-lei, salteadores, bandoleiros, bandidos armados, ou guerrilheiros, designações essas que variavam conforme as apreciações que sobre eles surgiam na imprensa da época.

Todavia, houve um momento em que José Joaquim de Sousa Reis, vulgo Remexido, pensou apresentar-se às autoridades ao abrigo da amnistia. Para o efeito mandou o seu filho, Manuel da Graça Reis, apresentar-se em São Bartolomeu de Messines às novas autoridades instituídas, por forma a averiguar se podia regressar para o conforto da sua família sem sofrer quaisquer ofensas dos seus antigos inimigos. Mas, contrariamente ao exarado na lei, o seu filho foi detido e enviado para o presídio de Silves, de onde pouco depois viria a evadir-se.²² O próprio Remexido, durante o Conselho de Guerra que o haveria de condenar à morte, nomeou nesse episódio as suas pacíficas intenções, em termos que não resistimos à tentação de extractar:

«(...) eu obedeci, e principiei a crêr obedecer ao actual Governo da Senhora D. Maria II; porque recebendo a declaração da cessação das hostilidades eu dissolvi a força que commandava, e querendo eu obedecer nem de facto, nem de direito me deixaram obedecer, de direito porque consistia em assignar um Auto que

não assignei, de facto porque logo que a força se dissolveu me perseguiram; (...) e para prova de que eu quiz obedecer, é que no dia 30 de Maio de 1834, fiz marchar meu filho, dizendo-lhe tu és uma criança, ninguem te poderá criminar de crime algum, nem de morte, nem de roubos, se tu fôres bem tractado, eu então tambem vou; (...) porém não aconteceu assim porque a perseguição continuou, até que foi preso, e seria morto, se não fosse o Sr. Tenente Coronel de Nº 4 (...) outros guerrilhas se apresentaram e foram mortos, vendo eu isto, não tive outro remedio senão esconder-me (...) não tinha tenção de pegar em armas, e a prova é que 27 mezes me conservei occulto fazendo vida de Lobo.»²³



²² Arquivo Histórico Militar, Correspondência para o Ministro da Guerra acerca das guerrilhas miguelistas, 1ª divisão, 21ª secção, caixa 13, n.º 1, ofício do general Bernardo António Zagalo, governador militar do Algarve, datado de 25-4-1835, onde se descreve a detenção e posterior fuga do filho do Remexido.

²³ Extraído da «Sessão do Concelho de Guerra feito ao Chefe de Guerrilhas José Joaquim de Sousa Reis, Remechido, no dia 1º de Agosto de 1838, no Edifício da Misericórdia da Cidade de Faro no Reino do Algarve», publicado em Suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 188, fôlio de 10 págs., pp. 6-7.

O Remexido, que se encontrava escondido nas imediações da aldeia,²⁴ perdeu todas as ilusões e assim como ele todos os que o acompanhavam. E a sua desilusão agravou-se ainda mais quando, numa altura em que o filho gemia a ferros, lhe aprisionaram também a esposa, Maria Clara, acusando-a de à semelhança do marido ter cometido certas atrocidades contra os cidadãos liberais e de ter divulgado «noticias altamente subversivas contra o Governo Legítimo de S. M. a Rainha». Parece que a mulher do Remexido propalara o boato de estar prestes a chegar uma esquadra da Rússia para auxiliar a causa absolutista a recuperar o trono, animando com isso os serrenhos a reunirem-se ao marido.²⁵

Muito provavelmente, terão sido estes dois episódios a causa próxima do restabelecimento da guerrilha do Remexido – embora existissem desde os finais de 1834 vários bandos de antigos soldados realistas na serra algarvia. A ofensa foi inaudita, pois sujeitaram a esposa do rebelde ao aviltante espectáculo público da rapagem do cabelo e do suplício das palmatoadas em pleno adro da igreja de Messines. Diz-se que o povo, ainda não satisfeito com o bárbaro castigo, pilhou e incendiou a casa do célebre guerrilheiro. A afronta excedeu todos os limites. Contudo, o Remexido não reagiu de pronto, receando o poder de fogo da Guarda

Nacional ali estacionada. Esperou melhor justificação para chamar a si os homens que andavam pela serra em pequenas pilhagens sem qualquer significado político que não fosse o de, simplesmente, matarem a fome. E o momento chegou quando D. Miguel publicou no Palácio da Vellathorri, em Roma, a 21-3-1836, uma «Proclamação aos Portugueses» chamando-os a retornar à causa da Pátria e da Santa Religião.²⁶

Era o momento tão contidamente esperado. Decorridos mais de dois anos após a «*Convenção*» o Remexido voltava à luta armada, sob a bandeira realista. Reunindo um grupo de 45 homens atacou, a 19 de Julho de 1836, a vila de Ourique, de cujo presídio libertou onze dos seus sequazes, perante a estupefacção dos pacíficos habitantes, obrigados a ovacionar D. Miguel, sob pena de maior derramamento de sangue.²⁷ Quatro dias depois atacou a aldeia de S. Bartolomeu de Messines, vingando-se das afrontas infligidas à sua família. Dessa acção de retaliação resultaram onze soldados mortos da Guarda Nacional, cujo quartel foi reduzido a escombros.²⁸ A partir daqui a guerrilha do Remexido não mais parou de importunar as autoridades e as povoações menos acatelas, contando por sucessos todas as intervenções que levou a cabo até final desse ano. Os ataques mais notáveis efectuaram-se contra as aldeias de Sabóia,

²⁴ Segundo refere Francisco Xavier de Ataíde Oliveira na sua *Monografia de S. Bartolomeu de Messines*, Porto, Typographia Universal, 1909, p. 132, o Remexido teria estado acoitado durante dezassete meses numa gruta do Vale do Barranco, que é muito próximo da aldeia. Numa deslocação que fez ao local, tive o ensejo de encontrar uma larga mesa de pedra, já derrubada, manjedouras talhadas nas paredes e degraus escavados no chão, que davam acesso a várias galerias, onde não pude chegar por receio e falta de meios apropriados. Os aldeões asseguraram-me que ali tinha vivido de facto o Remexido, reunido com os serrenhos, numa espécie de quartel-general da guerrilha. Disseram-me também que o Remexido conhecia os segredos da gruta, a qual era muito extensa, passava a Ribeira do Enxerim e ia sair para os lados do Serro do Talurdo. Confesso que naquela altura me pareceu verdadeiramente inexpugnável.

²⁵ Nessa altura, Maria Clara, já andava a monte pois foi detida no lugar da «Amixilhoerinha» e enviada para Lagos a fim de ser julgada, pois «se torna necessário mostrar ao povo que o governo está pronto para esquecer as injurias passadas, sabe também punir com todo o rigor das leis os crimes cometidos no presente.»

Arquivo Distrital de Faro, Núcleo do Governo Civil, Livro de Correspondência com os Ministros, 1834-1835, n.º 327-A, ofício n.º 313 de 12-4-1835, fl. 199 vº. Neste ofício o Prefeito de Faro informa o ministro da tutela que recebeu esta notícia do Sub-Prefeito de Lagos em 29 de Março, sendo-lhe também comunicado pelo Sub-Prefeito de Beja que o Padre Marçal José Espada andava assolando as terras alentejanas à frente de uma força de vinte cavaleiros, tendo como quartel-general o sítio de Vera Cruz. Foi-lhe enviado um Batalhão Móvel, comandado pelo Tenente-Coronel Francisco Romão de Goes, que não logrou, porém, capturar qualquer dos rebeldes.

²⁶ «Cumprer mostrar á Europa, que o governo tyranico que vos domina não assenta na vontade do Povo Portuguez, mas simplesmente na de um punhado de assassinos e revolucionarios de todas as nações, que, aliciando alguns incautos com falsas promessas, tiveram o arrojo de se conspirarem contra Mim, contra a Patria, e o que é mais, contra a RELIGIÃO SANTA, que havião jurado defender!»

A.H.M., Diversos documentos relativos à guerrilha do Remexido, 1ª divisão, 21ª secção, caixa 7, n.º 1.

²⁷ Cf. *O Independente*, n.º 134 de 29-7-1836.

²⁸ Na descrição deste pernicioso ataque das guerrilhas, o primeiro com estrondoso sucesso e que voltava a colocar na ordem do dia a contra-revolução miguelista, encontra-se publicado no *Diário do Governo*, n.º 215 de 10-9-1836. Nesse órgão oficial chama-se a atenção do ministério para o facto do Remexido ter renascido das cinzas, sob a protecção das gentes da serra que apoiavam a causa realista, camuflando-se entre os habitantes como pacíficos agricultores.

Santa Clara-a-Velha, Salir, Benafim, Santana da Serra, Boliqueime, e S. Martinho das Amoreiras.²⁹

Em todo o caso, manda a verdade que se diga que muitos dos ataques efectuados nos recônditos da serra algarvia não passavam de simples assaltos perpetrados de surpresa, e quase sempre pela calada da noite, por pequenos e incontroláveis grupos de guerrilhas cujo único propósito era o de roubarem os ricos fazendeiros ou de pilharem as aldeias mais desprotegidas, onde ceifavam vidas inocentes em nome da Santa Religião e dos inauferíveis direitos de D. Miguel ao trono. O próprio Remexido se insurgia por vezes contra esses bandos de salteadores que em seu nome derramavam o sangue inocente dos aldeões, contribuindo para o descrédito da causa miguelista, para o acicatar dos ódios e para a desertificação da serra, cujos pacíficos proprietários se refugiavam nas cidades à procura de protecção. O próprio Remexido chegou a denunciar ao Governador Militar de Loulé que alguns dos seus homens, contrariando as suas ordens, se preparavam para atacar as aldeias de Paderne e Boliqueime, transformando-se em ladrões e assassinos, comportamento esse que muito o aborrecia e desapontava. Ouçamos a sua esclarecida participação dos factos, dirigida ao Governador Militar de Loulé, na qual aponta como principal pólo de divergência e de diferenciação entre as duas facções políticas, a defesa da Santa Religião:

«Illm^o Senhor = A falta de comprimento da Convenção de Évora Monte, os assassinos perpetrados sem lei, os Templos profanados, as Sagradas imagens despedaçadas e velimpendiada a Santa Relegião Catholica Romana, não cendo já respeitada como Portugal a

respeitou em oito Séculos he a cauza da devergencia dos Habitantes de Portugal, porem he bem constante em toda a parte o meu comportamento que tenho observado nessas entradas que tenho feito, e o quanto aborreço o roubo e o assassino; e por isso recomendo a V.^a S.^a queira vigiar e fazer toda a deligencia para capturar certos Indevduos que (apartando-se da Força do meu comando) se derigirão sobre a Ribeira de Algibere com tenção de roubar os Povos de Paderne, e Bolequeme, ficando V.^a S.^a na intelligencia que eu não admitto ladrões, e que aborreço tudo quanto he furto e vexame, e nisto faz V. S.^a grande serviço á Nação, e o Soberano de Portugal o estimará muito. Deos Guarde a V. S.^a, Quartel volante no Ameixial, nove de Janeiro de 1837. Illm.^o Snr. Governador Militar de Loulé = José Joaquim de Souza Reis Remechido.»³⁰

Para recompensar o famoso guerrilheiro e dar novo alento à reabilitação da causa absolutista, o exilado D. Miguel nomeava para Governador do Reino do Algarve e Comandante Interino das Operações do Sul, o seu fiel servidor José Joaquim de Sousa Reis, vulgo o Remexido, com a urgente incumbência de reorganizar os antigos regimentos de milícias e de proceder ao recrutamento de voluntários.³¹

A situação tornara-se de extrema insegurança, sobretudo nas povoações do interior, que viam as suas Guardas Nacionais praticamente inermes e sem instrução militar, provocando a debandada para a cidade dos moradores mais abonados. Apesar disso, o Governador Civil de Faro, José Maria de Vilhena Pereira de Lacerda, oficiava ao presidente da Câmara de Loulé no sentido de aquietar o pavor que se instalara junto dos seus habitantes, que não esqueciam

²⁹ Estes ataques, que em certos momentos foram rechaçados pela Guarda Nacional e pelos Batalhões Móveis sedeados em S. Bartolomeu de Messines, encontram-se descritos pelo próprio punho do Remexido numa espécie de Diário que tem por título «Memorial das operaçoens, que tenho feito com as forças do meu comando no Algarve», no qual registou todas as acções militares desenvolvidas entre 1836 e 1837.

A.H.M., Diversos documentos relativos à guerrilha do Remexido, 1^a divisão, 21^a secção, caixa 7, n.º 1.

³⁰ Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/H/002/Mç. 003 (1837).

³¹ É nessa qualidade de Governador do Algarve que se dirige a José Maria do Carvalhal, antigo tenente coronel de Infantaria 14 ao serviço de D. Miguel, chamando-o a reunir-se-lhe para restabelecer a causa antes perdida. Nessa carta confia a sua intenção de ressuscitar todos os regimentos de infantaria, de caçadores, artilharia e cavalaria que antes serviram a sua causa, embora agora estivessem sujeitos à nova ordem política. Não cremos que José Maria do Carvalhal, um dos mais ricos proprietários agrícolas do Algarve, tivesse voltado a pegar em armas, embora admitamos que se mantivesse fiel ao absolutismo. A título de curiosidade acrescenta-se que este José Maria do Carvalhal era o dono do conhecido Palácio de Estoi, mas vivia em Faro, no chamado Solar dos Açafatas, actual sede do Clube Farense.

A.H.M., Idem, 1^a divisão, 21^a secção, caixa 7, n.º 1.

as atrocidades de que dois anos antes haviam sido vítimas. Para o efeito expediu por todo o Algarve uma Proclamação para “dissipar o terror e o pânico dos povos” na qual anunciava o reforço dos efectivos militares em Silves e S. Bartolomeu de Messines para “cahirem sobre a Serra em perseguição dos bandidos”, pelo que com a vinda do Regimento n.º 8 para Faro e o envio de um Batalhão para Beja, considerava o Governador Civil que nada havia a recear, embora reconheça que lhe faltavam armas e escasseasse a Guarda Nacional na capital distrital.³²

O pânico entre as populações era crescente, sendo certo que para isso também muito contribuíam os boatos alarmantes e o misticismo popular que atribuía ao Remexido um messianismo redentor. O caso da vila de Sabóia era paradigmático. Consideravam que sem medidas enérgicas e de excepção o Remexido seria invencível, não só porque rapidamente transformava os humildes camponeses em perigosos guerrilheiros, como ainda de «Bibilia na mão lhes anda fazendo acreditar constar della que D. Miguel hade tornar a subir ao Throno, e que elle Remexido he guardado pelos Anjos, que o fasem invicivel quando passa pelos Liberaes».³³ Imbuído do espírito católico, que animava o partido miguelista – a tal ponto que designavam os seus apaniguados como «apostólicos» – o Remexido chegou a invocar a Guerra Santa, como se vivêssemos no tempo das Cruzadas, fazendo alarde das proposições invocadas por Frei Fortunato de S. Boaventura, no sentido de considerar os liberais como ateus e inimigos da Santa Religião. Nesse sentido, e em nome do Remexido, mandou-se publicar e divulgar uma amnistia para os liberais que aderissem ao miguelismo, exceptuando-se os governantes, os Pares e os Deputados envolvidos na expulsão de D. Miguel.

Por outro lado, em Lisboa o sossego e a estabilidade política também nunca foram de molde a permitir

que o governo pudesse interessar-se pela situação que se vivia nas províncias alentejana e algarvia. Daí as guerrilhas conseguirem manter-se com relativo desafogo, trazendo em sobressalto os habitantes do interior serrenho. No fundo, o único receio do governo era o de que os rebeldes *Carlistas* se aproximassem da fronteira e penetrassem no nosso território, fazendo a junção ibérica das forças contra-revolucionárias. Daí que o governo Setembrista temesse que as guerrilhas miguelistas do Norte e do Sul se congregassem debaixo do comando do Remexido e se unissem às tropas espanholas do partido Carlista, cujos objectivos políticos se confundiam, já que ambos defendiam causas absolutistas de príncipes proscritos e exilados pelo regime liberal. A Quádrupla Aliança (formada em 24-4-1834 entre Portugal, Espanha, Inglaterra e França, para obstar que as causas absolutistas de D. Miguel e de D. Carlos retomassem os tronos ibéricos) impedia, no seu articulado tratadístico, o conluio de esforços bélicos entre as guerrilhas miguelistas do Remexido e as *Carlistas* acoitadas na raia espanhola, sob pena duma intervenção militar internacional. Consciente dessa possibilidade e do perigo de ver a pátria invadida por exércitos estranhos, o governo Setembrista mantinha-se em constante alerta, temendo o estreitamento das relações militares entre as guerrilhas dos dois lados da fronteira, pois que tal daria permissão legal ao exército espanhol de Isabel II para invadir o território português sob o propósito de bater as guerrilhas absolutistas, receando-se a instalação por tempo indeterminado das tropas isabelinas.

No âmbito desse panorama, o tenente-coronel José Pedro Celestino Soares (que a 16 de Setembro substituíra Bernardo Zagalo no comando da 8ª Divisão Militar) optou por estabelecer uma espécie de cintura militar na junção da serra alentejana, entre Messines, Monchique e Loulé, com vista a impedir um ataque concertado e em força contra Faro.

³² Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/C/A/003/Mç. 015 (1836).

³³ ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Maço 708, doc. n.º 6, ofício do Delegado do Procurador Régio da vila de Sabóia, José Bernardo da Silva, para o seu homólogo de Lisboa, datado de 27-8-1836.

Todavia, as forças *Carlistas* do general Miguel Gomez,³⁴ que haviam ameaçado a Andaluzia, retiraram-se em Outubro de 1836, permitindo a transferência de efectivos da fronteira alentejana para os quartéis de São Bartolomeu de Messines e de Odemira, reforçando as defesas da zona leste algarvia, até então a mais afectada pelos guerrilhas. Um dos concelhos mais sacrificados foi o de Silves, cuja edilidade vendo a forma fácil e desimpedida como os rebeldes se movimentavam, solicitou à Rainha que se tomassem enérgicas e radicais medidas para exterminar aquela «perigosa cabilda». Por um lado, sugere ao Soberano Congresso que «declare a serra em estado de sítio», suspendendo todas as garantias e transferindo os habitantes fiéis para a cidade.³⁵ Por outro, alvitra soluções radicais, nomeadamente «queimar parte da serra, estabelecer nella colunas volantes, guarnecer os povos que habitão as faldas, recolher os habitantes a povoações para que voluntários ou constrangidos não forneçam alimentos aos guerrilheiros, retirar os gados, e formar uma guerrilha constitucional para perseguição daquela».³⁶ Na vila de Loulé, a respectiva vereação aprovou as medidas sugeridas pela Câmara de Silves, anuindo a que se solicitasse ao Ministério do Reino que, em face dos assaltos e mortes perpetrados pela “quadrilha do perverso Remexido”, se mandassem as populações da serra recolher as suas colmeias a fim de sem grande prejuízo se incendiar o mato que cobria as serranias, colocando nas suas extremidades um cordão de voluntários e de militares para apanhar os guerrilhas fugidos ao fogo. O ofício que a edilidade louletana enviou à Rainha apresenta soluções práticas, não só de índole militar, como também de carácter económico, para aproveitar os terrenos agrícolas e combater a guerrilha. O seu teor

é tão interessante quanto esclarecedor, razão pela qual não resistimos à tentação de o transcrever, pedindo, porém, desculpa pela sua extensão:

«Tem-se em agitação todos os povos lemitrofes da serra por cauza da quadrilha do preverso Remexido; esta sáe da serra ás piquenas ou descuidadas povoações procura armas, devasta e mata, e em seguida embrenha-se na serra, aonde abrigada pelos máttos zomba dos esforços dos bravos que os procurão, todos os meios se tem posto em pratica para colhêlos, e já não resta algum senão mandar Vossa Magestade aos habitantes da Serra, que são poucos, tirem as colmeias do mato até certo dia e fação alguma roça necessária a alguma arvore ou caza, medida que todos elles tem já tomado, e desse dia por diante fação recolher os gados a local conveniente para arder a serra, então mandar as Câmaras fação nos seus dstrictos lançar fogo aos serros mais bravos; e collocar nas extremidades da serra toda a força disponível de voluntários e linha em armas para aprehender os guerrilhas, e passados alguns dias fazerem essas forças hua batida geral; e Vossa Magestade poderia até aproveitar muito, mandando d’esses serros incendiados escolher e cultivar por hum anno os milhores com os occiozos de Lisboa e Algarve, que se desculpão não ter que fazer, pagando-lhes um tanto, e mandando-lhe fazer rancho, e vigiar nos trabalhos como nas faxinas; dahi rezultaria hua produção enorme para o Estado e hum exemplo vivo para a cultura tão atrasada em todo o Algarve.

Este será o unico meio effcaz para aniquilar a quadrilha e poder mesmo ainda quando se não cultive a serra, plantar soveiras, porque prezenemente

³⁴ Foi um dos mais proeminentes militares espanhóis da primeira metade do século XIX. Combateu ainda muito jovem contra a ocupação napoleónica, tornando-se pouco depois num indefectível adversário da Revolução de Cádiz e das forças liberais. Em 1820 era já um destacado oficial comandante nas fileiras absolutistas que se colocou ao serviço de Fernando VII. Todavia, com a morte deste e as alterações políticas surgidas com a sucessão de Isabel II, ofereceu os seus serviços ao pretendente do trono Carlos Maria Isidro, vindo a ser considerado como um dos mais ousados e valentes generais *Carlistas*. Quando, no final do Verão de 1836, encostou as suas tropas à fronteira portuguesa fê-lo no intuito de desencadear e, certamente, de apoiar uma hipotética revolução absolutista que talvez estivesse planeada para Lisboa. O certo é que nunca chegou a ocorrer e o general Miguel Gomez deixou as terras da Andaluzia sem consumir os seus intentos contra-revolucionários. Em todo o caso motivou fortemente o Remexido a prosseguir a sua luta na serra algarvia, chegando mesmo a dizer-se que se encontraram pessoalmente do outro lado da fronteira, talvez para planearem acções conjuntas, que só não se consumaram por falta de meios bélicos e humanos por parte das guerrilhas portuguesas.

Veja-se a este propósito as notícias contidas no jornal miguelista *O Eco*, n.º 140 de 1-12-1836 e 215 de 18-11-1837.

³⁵ Arquivo Histórico Parlamentar, Representações das Câmaras Municipais à Câmara dos Deputados, Silves, Secção I e II, caixa 308, doc. n.º 63.

³⁶ A.H.M., Idem, 1ª divisão, 21ª secção, caixa 7, n.º 1, ofício da Câmara de Silves datado de 21-1-1837.

a Serra não tem árvores e só he coberta de esteva, o que deve ser tido em atenção para não se obstar ao incêndio com as arvores, que não existem; mas este remédio devia ser immediato, e enquanto senão leva a execução occupar militarmente com 600 ou 800 homens ás 5 ou 6 povoações da serra, fazendo recolher todas as noutes a essas povoações os moradores da serra, e prohibindo-lhe levar pela manhã mais do que o preciso para comerem nesse dia, ou terem fora da povoação qualquer alimento, porque assim a quadrilha se verá reduzida a apuro.»³⁷

Nem todas estas propostas eram exequíveis, nomeadamente a incineração da serra, cujos matos, apesar de acoitarem os rebeldes, provocariam um desastre ecológico, que arrastaria para a miséria muitos proprietários. No entanto, as populações dos concelhos que se estendiam do litoral à serra estavam decididas a fazer justiça por mãos próprias se acaso o governo não tomasse medidas. Os habitantes da vila de Portimão diziam mesmo que não se podia transitar com os gados sem escolta nem visitar as propriedades dos subúrbios, sob pena de serem roubados e assassinados. E como estavam fartos da ineficiência da tropa e de obedecer cegamente às abúlicas autoridades, exigiam do Parlamento rápidas medidas de combate àquele flagelo, para que não tivessem de tomar em mãos a justiça que não lhes

competia.³⁸ Respondendo às prementes queixas dos povos e às exigências do Governador da 8ª Divisão Militar, sedeadada em Faro, a Rainha mandou um Batalhão para o Algarve, com a exclusiva missão de perseguir e destroçar as forças do Remexido.³⁹ Referia-se ao Batalhão de Infantaria 4 que se revelaria, com efeito, decisivo no combate às guerrilhas. Porém, não surtiu efeitos mais devastadores e imediatos, porque o Remexido teve prévio conhecimento da sua chegada, através da mala do correio que teve o ensejo de interceptar.⁴⁰

Receando o confronto aberto com as experimentadas tropas do governo, mais numerosas e melhor armadas, o Remexido optou pela estratégia da camuflagem, mandando dispersar os seus homens pelas terras e lugarejos de onde provinham, vestindo a pele de camponeses, trabalhadores rurais ou de pobres agricultores. Enquanto não recebessem ordens do seu chefe deveriam manter-se ordeiramente nos seus casais da serra, substituindo as armas pelas alfaia agrícolas.⁴¹ No entanto, a pressão exercida sobre os serrenhos deu como fruto a delação dos principais esconderijos e locais de reunião das guerrilhas que, apesar de escaparem sucessivamente ao apertado cerco das tropas, acabariam por sofrer significativas baixas.⁴² Essas acções de combate só não foram mais numerosas nem mais devastadoras porque a

³⁷ Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/C/A/003 Maço 015 (1836).

³⁸ Arquivo Histórico Parlamentar, Representações das Câmaras Municipais à Câmara dos Deputados, Portimão, Secção I e II, caixa 310, doc. n.º 86.

³⁹ «Manda a Rainha pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, participar ao Administrador Geral Interino do Districto de Faro, em resposta ao seu officio de 2 do corrente mez, que pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra se expedirão as convenientes ordens do General Barão de Bonfim, para fazer immediatamente destacar das tropas do seu Commando às ordens do Governador Militar do Algarve hum Batalhão para ser empregado incessantemente, com as outras forças que tiver á sua disposição, na deligencia de persiguir até total exterminio a quadrilha do faccioso Remexido, de forma que os Povos vizinhos da serra do Algarve não tenham mais a recear as calamidades de que tem sido ameaçados por aquellos bandidos. Palacio das Necessidades, em 7 de Dezembro de 1836. Manoel da Silva Passos.»

Arquivo Municipal de Faro, Serviços Administrativos, Expediente, Correspondência Recebida, A.1.1-4.

⁴⁰ A tática do assalto ao correio permitiu às guerrilhas conhecer antecipadamente muitas das manobras militares do inimigo, evitando assim confrontos ou, pelo contrário, montando-lhe ciladas nos recessos da serra.

Arquivo Histórico Militar, Correspondência Oficial encontrada em poder do guerrilheiro Remexido, 1ª divisão, 21ª secção, caixa 7, n.º 1, officio do Secretário de Estado da Guerra ao tenente-coronel Francisco Celestino Soares, datado de 5 de Janeiro de 1837, asseverando-lhe a transferência de tropas para o Algarve destinadas a combater as guerrilhas miguelistas.

Acerca deste assunto veja-se também o artigo de José Luís Vilela, «O Remexido e os assaltos ao Correio», in História, Lisboa, Janeiro de 1992, Ano XIV, n.º 148, pp. 28-46.

⁴¹ «Em cumprimento destas determinações, os guerrilheiros procuraram evitar confrontos, fundiram-se com a população, escondendo as armas e transformando-se em pacíficos camponeses. Esta tática levou as tropas liberais a tomarem medidas drásticas contra os serrenhos, indiscriminadamente considerados cúmplices dos bandos miguelistas.»

António do Canto Machado e António Monteiro Cardoso, *A Guerrilha do Remexido*, Mem Martins, Pub. Europa-América, s/d, p. 66.

⁴² O órgão miguelista *O Eco*, na sua edição n.º 215 de 18-11-1837, procurou diminuir o alcance e significado das «*batidas da serra*», referindo-se apenas a 80 baixas (entre mortos, presos e desertores), às quais acrescia a perda de 17 cavalos e 51 armas.

«*Conspiração das Marnotas*», ocorrida em Loures, e a «*Revolta dos Marechais*», no Verão de 1837, concentraram as forças governamentais junto da capital em lutas partidárias que degeneraram em sangrentos confrontos militares.

Com efeito, 1837 foi uma espécie de “*annus horribilis*” para o governo Setembrista que teve de confrontar-se política e militarmente contra uma recrudescente oposição miguelista. O mais exasperado desses confrontos eclodiu a 14-5-1837 na quase ignorada povoação das Marnotas, próxima de Loures, a cerca de 10 km de Lisboa, onde ocorreu uma revolta de cariz absolutista que ficou conhecida pela «*Conspiração das Marnotas*», através da qual se pretendia reclamar D. Miguel como rei de Portugal, esperando que esse gesto fosse imitado em várias localidades até chegar à capital. Cerca de trezentos soldados, entre oficiais veteranos do exército miguelista e vários civis, juntaram-se naquela povoação onde lhes foi distribuído dinheiro e armas. Passaram em seguida para Salvaterra e depois de atravessarem o Tejo aclamaram D. Miguel em Samora Correia. O cortejo restauracionista estava formado e engrossava a cada passo, tornando-se numa ameaça e sobretudo num escândalo político, que só desacreditava a ordem Setembrista. Porém, o governo num gesto de força mandou uma centena de praças do Arsenal da Marinha para combater os revoltosos, que com a aproximação daquela força militar se pôs em debandada sem oferecer resistência. Em boa verdade a «*Revolta das Marnotas*» foi um verdadeiro fiasco militar, mas o seu propósito alarmista foi alcançado, dando-se, assim, a conhecer ao país que existia uma resistência miguelista.

Logo a seguir, em Julho de 1837, ocorreu a chamada «*Revolta dos Marechais*», pela mão dos dois maiores caudilhos do liberalismo, os duques da Terceira e de Saldanha, que visavam restaurar a Carta Constitucional e apelar do poder a esquerda Setembrista, apoiada, num verdadeiro contra-senso político, ou seja, pela extrema direita miguelista. Houve o levantamento dos quartéis comandados pelos próprios marechais revoltosos; porém o governo, num golpe de inteligência política, colocou à frente de uma força de combate aos revoltosos o general Sá da Bandeira, inimigo de estimação daqueles velhos cabos de guerra. Os Marechais depois de reunirem as suas tropas em Lisboa, no Campo Grande, esperaram pela adesão dos quartéis da capital, o que não ocorreu, tendo por causa disso os revoltosos retrocedido para Rio Maior, onde enfrentaram praticamente sem efusão de sangue as forças do governo, comandadas pelo general Bonfim, que os obrigaram a assinar um acordo de paz. Após alguns breves combates na região do Douro e de Trás-os-Montes, as tropas fiéis aos Marechais renderam-se às forças comandadas por Sá da Bandeira, que aceitou a capitulação, seguindo o Terceira e o Saldanha para o exílio em Paris.

Neste quadro de instabilidade política e da consequente transferência das forças militares do Algarve para o eixo dos confrontos militares encetados pela «*Revolta dos Marechais*», assistiu-se a um novo recrudescimento das guerrilhas miguelistas, não só nesta região como muito especialmente na Beira e no Minho. Praticamente até ao final de 1837 não tiveram as autoridades, nem as tropas governamentais, descanso no combate às insurreições populares que, aqui e ali, davam vivas a D. Miguel.⁴³ Formando

⁴³ As guerrilhas miguelistas despontaram um pouco por todo o país, sobretudo a partir de 1826 com a chegada da Carta Constitucional, serenando desde 1828 até 1833, ano em que o governo absolutista se viu desapossado da capital e cujo exército seria derrotado em Évora-Monte. A partir de então e quase até à guerra-civil da Patuleia o país viu-se assolado por bandos de salteadores, de bandoleiros e de guerrilhas, mais ou menos organizados, que se diziam defensores da Santa Religião e dos direitos de D. Miguel ao trono de Portugal. Assim, para além das hostes do Remexido, que eram as mais aguerridas e melhor equipadas, existiam ainda a guerrilha de Jorge Boto (de Machado Figueiredo), capitão-mor de Gouveia, que espalhou o terror na Beira em 1833-34, sendo preso em Julho do ano seguinte; a guerrilha de Manuel Martinni, formada em 1833, que até Julho do ano seguinte lutou pela causa realista na Beira Baixa e no Baixo Ribatejo, até que batido em Portalegre refugiou-se em Espanha de onde não voltou; a guerrilha do Galamba que assolou o Alto Alentejo desde 1833 até 1840, voltando a surgir na guerra da Patuleia; a guerrilha do Padre Góis que actuou em Beja, desde Julho de 1833 até 1834; a guerrilha do Tenente de Milhundos, João Nunes Borges de Carvalho, que em Penafiel sustentou aguerridamente a causa realista desde 1833 até à Patuleia; a guerrilha dos Marçais, comandada por António Joaquim Marçal, assolou as terras da Beira desde 1834 até 1847, sendo uma das mais famosas do país; existiram ainda algumas quadrilhas miguelistas sendo famosa a do Caca ou dos Garranos, comandada por António da Costa Macário, vulgo o Caca, que actuou até 1840 nas Beiras, por vezes conluída com a dos Brandões.

pequenos grupos armados, espalhavam a desordem nos campos e nas pacatas aldeias do interior. «A multiplicação das sublevações miguelistas permitiu que o bando do Remechido continuasse a operar com relativa tranquilidade, assaltando dez povoações de Novembro a Dezembro de 1837. Os ataques efectuados nesta fase revelam uma certa deslocação do eixo de operações para as proximidades do litoral ocidental do Algarve e Alentejo, onde acometeram localidades pouco guarnecidas como Aljezur, Alvalade, Porto Covo e Odeceixe.»⁴⁴ Curiosamente, e depois de um arrojado ataque à vila de Grândola, o fulcro da guerrilha mudou de orientação, passando a actuar no nordeste algarvio, nas proximidades do Guadiana. Nesse final de 1837 atacaram as aldeias de Martim Longo e Santa Catarina, deixando a nítida sensação de apenas pretenderem aterrorizar as populações e de estenderem o seu domínio a toda a serra algarvia, cujos habitantes se viam compelidos a abastecerem e até a pagar-lhes uma espécie de tributo de submissão.

O financiamento das guerrilhas miguelistas do Sul

Abrimos aqui um parêntesis para falar de um tema até agora praticamente ignorado: o financiamento da resistência militar da causa miguelista.⁴⁵ Sem dinheiro para pagar aos soldados e sem meios de sobrevivência logística, quer de transportes e de equipamentos, como armas, cartuxame, víveres e medicamentos, dificilmente as guerrilhas poderiam organizar-se como exércitos coesos e disciplinados. A falta desses meios fazia com que as guerrilhas recorressem ao assalto, ao roubo, à pilhagem e à extorsão, para obterem o mínimo de condições de sobrevivência. Por isso, no seu período inicial, a guerrilha do Remexido foi entendida e avaliada como uma cáfila de ladrões, que sob a capa política da resistência miguelista, exerciam o

bandoleirismo como forma de sobrevivência. Enquanto não receberam apoios financeiros do exterior não obtiveram sucesso nem prestígio militar, razão pela qual não lograram obter a atenção do governo para os encarar com uma ameaça à segurança da pátria e à manutenção da causa constitucional.

Mas no exílio a que a força das armas o submettera, D. Miguel mantinha-se muito atento e informado sobre as iniciativas de resistência armada que os seus indefectíveis apaniguados sustentavam aguerridamente em alguns locais do país, com particular incidência na zona Sul. Consciente do heróico e valoroso esforço de resistência militar das guerrilhas que em defesa do “Trono e do Altar” operavam no Sul, mais concretamente no Baixo Alentejo e Algarve, o próprio D. Miguel tratou de angariar apoios financeiros para a sua causa junto das cortes estrangeiras, dos bancos e dos prestamistas, que em penhor das suas jóias emprestavam significativas somas em numerário sonante, isto é, em moedas de ouro. Essas avultadas cifras monetárias destinavam-se, por determinação do próprio D. Miguel, à sustentação da guerrilha do Remexido, nomeadamente ao pagamento do soldo e à compra de mais e melhor equipamento militar. Além de vender as jóias de brilhantes e pedras preciosas, vendia também mercês e títulos nobiliárquicos, prometendo a cedência de privilégios e monopólios aos maiores apoiantes financeiros da sua causa.

Todavia, raramente esses apoios monetários chegaram às mãos das guerrilhas, pois que os seus nobres e insuspeitos angariadores locupletavam-se com a venda das jóias, dos títulos, das mercês e das generosas dádivas. Os grandes apoiantes financeiros da causa miguelista eram italianos, e só hoje conseguimos identificar os nomes de alguns deles, nomeadamente da família Mencacci, da casa bancária

⁴⁴ António do Canto Machado e António Monteiro Cardoso, *A Guerrilha do Remexido*, op. cit., p. 68.

⁴⁵ Apenas conhecemos um ligeiro lamiré na «Carta-Prefácio» inserida na obra anónima *Biographia de Remechido o célebre guerrilheiro do Algarve*, 2.ª ed., Tavira, Typ. Burocrática, 1892, onde na p. XIII a propósito da instabilidade suscitada pela Revolta das Marnotas e pela Revolta dos Marechais, consta a seguinte afirmação: «Em presença destas discordias e descontentamentos, que pressagiavam uma derrocada certa, os sectarios de D. Miguel sentiram-se animados de fundadas esperanças; e como contassem entre si a primeira nobreza com as principais fortunas do paiz, enviaram socorros a Remechido, cuja situação violenta, creada pelos liberaes, aproveitaram». Esta frase “enviaram socorros” indicia claramente que as famílias nobres de maiores recursos fizeram chegar à posse do Remexido meios financeiros para sustentar o esforço militar da guerrilha, esperando que desse modo se agudizasse o clima de instabilidade política e se assistisse à derrocada do regime constitucional.

Torlónia, do Marquês de Bellune, do Duque de Módena, e de alguns poucos portugueses, principalmente do cônsul Cruz em Baiona e do Conde de Cabral (António Jacinto Xavier de Cabral), artista e professor de pintura em Roma, muito rico que emprestou largas somas em numerário, das quais sabemos que pelo menos 30 mil cruzados terão efectivamente chegado às mãos do Remexido. Os financiamentos vinham de Roma para o Algarve através de João Plácido Baldi, que também recebia fundos de Espanha e de Gibraltar.⁴⁶ Este Baldi que foi empregado no Arsenal do Exército e que teve a sorte de partir para o exílio no mesmo barco que D. Miguel, caiu nas boas graças de Frei Fortunato de S. Boaventura e de António José Guião, líderes no exílio da causa realista, que o encarregaram de deixar a Itália e voltar para Portugal a fim de arquitectar uma Junta em Lisboa, que secretamente promovesse a sublevação na capital e, em simultâneo, coordenasse todos os apoios às guerrilhas dispersas pelo país, sobretudo à do Remexido, por ser a mais activa e aguerrida.⁴⁷ Mas quando Baldi foi preso em Grândola, o Remexido ficou sem meios e entregue à sua sorte, voltando a ter que assaltar os montes e aldeias para sustentar os seus homens e a causa miguelista. Já agora, acrescente-se a título de curiosidade que foi Baldi quem organizou e chefiou, debaixo do maior segredo, a «Revolta das Marnotas».⁴⁸

António Ribeiro Saraiva, notável ministro e certamente o mais indefectível servidor da causa miguelista, tinha uma opinião muito desfavorável em relação à Junta de Lisboa cujos membros considerava inaptos, imprudentes e precipitados. O mesmo acontecia em

relação às guerrilhas, que encarava sem ordem nem disciplina, desprovidas de qualquer estratégia militar para levar de vencida a causa, mercê da falta de oficiais militares ou quadros de 1.ª linha do exército. Tinha inclusivamente a percepção de que o Remexido apenas sobreviveria enquanto durasse a impotência do governo Setembrista.

Em boa verdade, D. Miguel no exílio nunca dispôs, nem nunca viria a dispor, de meios financeiros suficientes para manter em armas um exército restauracionista. É certo que muita gente se aproveitou da causa para encher os bolsos com os donativos angariados no nosso país e no estrangeiro, sobretudo em Itália e em França. Mas o que se percebe é que D. Miguel no exílio viverá com algumas dificuldades, pontualmente atenuadas pela generosidade de algumas famílias exiladas e, sobretudo, pela deferência da corte Papal que acudia a cobrir os gastos e por vezes as embaraçosas dívidas da crescente família do exilado monarca português. Porém, a volubilidade da política não permite manter para sempre as fidelidades que se supunham inabaláveis. Por isso, na década de quarenta, quando o papa reconheceu D. Maria II como Rainha de Portugal, a causa miguelista deixou de receber quaisquer apoios financeiros.

O extermínio da guerrilha do Remexido – um desígnio nacional

Às constantes queixas das populações acresciam ainda os protestos dos deputados algarvios, como Júdice Samora que não entendia porque é que as tropas do governo, bem equipadas e armadas, se confinavam

⁴⁶ Quem angariava os fundos para a causa miguelista em Espanha e em Gibraltar era o cônsul naquela possessão britânica, José Agostinho Parral, que segundo constava na época levava uma vida de fausto e de incontida dissolução. Quem não o suportava era Ribeiro Saraiva, o mais fiel e genuíno de todos os miguelistas, que, a propósito do financiamento da guerrilha do Remexido, escreveu numa carta, datada de 31-8-1837, e dirigida ao seu amigo Joaquim Severino Gomes, diplomata e conselheiro de D. Miguel, na qual, muito agastado com a forma como os negócios da causa se desenrolavam no estrangeiro, revelava toda a sua repulsa e despeito (em relação a D. Miguel) nas seguintes afirmações: «(...) arranja-se algum dinheiro para mandar a Remexido, há letras que se devem cobrar em Londres por somas consideráveis; em vez de servir-se para isso dos agentes fiéis que se acham em Inglaterra, mandou tudo para Gibraltar, de lá envia-se um Parral que começa por fazer grande despesa na viagem e que afinal abala com o dinheiro e o vai gastar com as meretrizes e com extravagâncias. Tudo isto enquanto não há um vintém que dar a quem trabalha e sofre pela causa de El Rei!». Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, código 9193, carta de António Ribeiro Saraiva, dirigida a Joaquim Severino Gomes, datada de 31-8-1837.

⁴⁷ A secretíssima Junta de sublevação miguelista seria criada na capital em Março de 1837, formada por Francisco José Vieira, pelo coronel de Artilharia Henrique de Sousa Mafra e por D. João da Câmara, camarista da Infanta Isabel Maria e irmão do Conde de Povolide e do Conde de Sintra. Mas com a vinda de Itália de João Plácido Baldi, a Junta depressa se tornaria num instrumento das suas levianas tramas e maquinações revolucionárias, que resultaram no fracasso da «Revolta das Marnotas» e inclusivamente da prisão de todos os elementos da própria Junta.

⁴⁸ Toda a documentação secreta relativa à «Revolta das Marnotas», expedida e recebida pelo directório miguelista chefiado por João Plácido Baldi, encontra-se na Biblioteca Nacional, secção dos Reservados, sob a designação de «Relatório de Sucessos Miguelistas – 14 de Maio de 1837 a Julho de 1838», a qual foi inventariada, sumariamente descrita e publicada por Patrocínio Ribeiro, nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, II Série, vol. XI, de 1-6-1933.

aos quartéis de Beja, Faro e Lagos, cujas populações não corriam quaisquer perigos, em vez de ocuparem posições estratégicas na serra para aniquilarem as guerrilhas. E se no tempo da usurpação causara espanto o facto de 7.500 bravos soldados terem batido um exército de 80 mil homens, como é que se justificava agora que «2.800 homens collocados em dous Districtos Administrativos não possam aniquilar uma guerrilha que só tem cento e tantos». ⁴⁹ Para lhe dar resposta e sossegar os povos da serra algarvia (cujas contribuições fiscais não satisfaziam por não poderem ali amanhar as suas terras nem pastar seus gados) o governo nomeou, em 15-12-1837, para o comando da 8ª Divisão Militar o coronel José Joaquim Gomes Fontoura, dando-lhe plenos poderes para o extermínio das forças miguelistas que infestavam a serra algarvia.

Um dos discricionários poderes de que vinha investido era precisamente o que lhe conferia a Carta de Lei de 19-12-1834, que lhe permitia condenar a degredo para África ou até a fuzilar, após sumário julgamento, todo e qualquer indivíduo suspeito que fosse apanhado com armas na mão. ⁵⁰ Manda a verdade, porém, acrescentar que o visconde de Sá da Bandeira, conhecedor experimentado da realidade algarvia, já tinha, em 16 de Maio, ordenado a todas as Divisões Militares que pusessem em prática as medidas de excepção contidas na supra citada lei. ⁵¹

Não obstante, o Parlamento após discutir o fenómeno das guerrilhas, de se aperceber da sua extensão nacional e da ameaça que representava para a segurança do Estado continuar a alhear-se duma solução definitiva, revogou essa lei em favor de uma outra muito mais simples, mas também mais drástica, que ficaria conhecida pela lei de 4 de Março (de 1837),

que as autoridades publicaram em folha volante, espalhando-a por todas as aldeias e montes da serra algarvia, através da qual se suspendiam as garantias individuais e a liberdade de imprensa pelo período de trinta dias. Como os efeitos não fossem suficientes, publicou-se a 7-10-1837 nova lei, suspendendo os mesmos direitos por sessenta dias nos distritos de Faro, Beja e Évora, visto que nesses distritos as guerrilhas miguelistas se mantinham muito activas. No começo de 1838 manteve-se esta lei em vigor exclusivamente contra as guerrilhas do Sul.

Em todo o caso, a Câmara de Portimão achava que a publicação desta lei só por si não bastava, havia que tomar medidas mais concretas e acções mais eficientes para livrar o Algarve daquela cáfila de ladrões e assassinos que empestavam a serra, flagelando as suas gentes e impedindo o desenvolvimento da agricultura, da pastorícia e até do trato comercial, mercê da insegurança que grassava nas estradas. ⁵²

Não obstante os poderes de que dispunha e a superioridade numérica das forças ao seu serviço, urgia resolver um problema crucial: o pagamento do pré em atraso a todos os soldados. Sem cumprir essa obrigação não havia a mínima possibilidade de motivar a tropa a bater-se corajosamente contra os rebeldes. A este problema acrescia um outro, não menos crítico do que o anterior, que era o do fardamento da tropa, cuja falta de renovação deixara os soldados numa posição quase andrajosa. Para além disso, o cor. Fontoura propunha-se agir rapidamente na fortificação de pontos estratégicos na serra, na organização de depósitos de víveres e no estabelecimento de um hospital de campanha em Loulé, para assistir aos feridos que viessem transferidos da serra. ⁵³ Mas, para que tudo

⁴⁹ Excerto da intervenção do algarvio Joaquim Pedro Júdice de Sequeira Samora, proferida na Câmara dos Deputados e publicada no *Diário do Governo*, n.º 51 de 1-3-1837.

⁵⁰ Veja-se a publicação da referida lei de 19-12-1834 na *Collecção de Legislação, publicada em 1834, depois da abertura das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa em 15 de Agosto*, Lisboa, na Impressão de Galhardo e Irmãos, 1835, p. 20.

⁵¹ ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Maço 389, doc. n.º 3, officio do Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, visconde de Sá da Bandeira, dirigido em 16-5-1837 a todos os comandantes das Divisões Militares.

⁵² Arquivo Histórico Parlamentar, Representações das Câmaras Municipais à Câmara dos Deputados, Portimão, Secção I e II, caixa 310, doc. n.º 93.

⁵³ O próprio coronel Fontoura se encarregou de descrever a triste condição em que encontrou as tropas que veio comandar no Algarve, num discurso proferido na Câmara dos Deputados (para a qual fora eleito) em 14-2-1839, que se encontra publicado em *O Tempo*, n.º 326 de 6-3-1839.



Planta do exterior da cidade de Faro, indicando todas as obras de fortificação contruídas para a defesa militar da mesma pelo 2º Tenente Engenheiro Rufino António de Moraes. O pormenorizado traço desta planta foi levantado pelo Coronel Pereira do Lago, em 1834.

fosse solucionado com a maior urgência faltavam os meios financeiros. E neste caso o cor. Fontoura não teve pejo em lançar mão dos seus poderes despóticos. Exigiu dos algarvios a concessão de um empréstimo forçado no valor de vinte e cinco contos, que obteve mediante a promessa de limpar a serra da perigosa cabilda do Remexido, dos Baioas e do Marçal Espada. O Administrador Geral do Distrito de Faro, resumiu o evoluir das exigências legais e das faculdades administrativas ao seu dispor tendentes ao financiamento das tropas, nos seguintes termos:

«Em 20 [de Janeiro de 1838] ordenou a mesma Auctoridade [com.º Fontoura] aos Contadores de Fazenda dos Districtos de Faro, Beja e Evora que

pozessem á disposição do Pagador da 8ª Divisão Militar todos os dinheiros existentes nos Cofres das suas respectivas Contadorias, afim de se pagar os pretos e Soldos ás Tropas da mesma Divisão que se achavão em grande atraso; tudo pela Authorização consignada na Portaria do Ministerio da Guerra de 13 de Janeiro ultimo.

Em 28 ordenou o mesmo Chefe Superior, que se convocasse hum Conselho das Authoridades e Capitalistas desta Cidade e Districto para deliberarem sobre o modo de realizar por meio de hum emprestimo, a quantia de 25.000\$000 rs. para o pagamento das tropas, cujo resultado tive a honra de communicar a V. Excª em o meu Officio nº 53 de 3 de Fevereiro corrente. Eis aqui qual o uso dos poderes extraordina-

rios conferidos pela citada Ley aos Delegados do Governo de S.M. neste Districto Administrativo em todo o periodo acima marcado.»⁵⁴

Como o inimigo gozava do apoio dos “serrenhos”, o cor. Fontoura mandou publicar em 2-5-1838 um Edital em que ordenava a evacuação de todos os montes da serra algarvia e alentejana, obrigando os seus habitantes a recolherem-se às cidades, vilas e aldeias mais próximas, trazendo consigo os gados e mantimentos necessários à sua sobrevivência, deixando cerradas as suas residências para que delas não se aproveitassem os rebeldes. Para que se protegessem os fiéis à Rainha e se os destrinçassem dos rebeldes miguelistas, mandou emitir um «*Pasaporte de Seguridade*» a todos os maiores de quinze anos, por forma a que sendo apanhados fora das povoações não fossem passados pelas armas. Retornava-se ao tempo dos atrabiliários interrogatórios de «quem vive e quem manda».

A estratégia, discricionária, violenta e abusiva, acabaria por dar os seus almejados frutos, mercê de uma disciplina férrea e de uma persistência inquebrantável. Nada foi deixado ao acaso. As ordens eram terminantes: a guerrilha não poderia dispor do mais pequeno apoio material ou logístico. A serra onde antes dominavam os sublevados, estava agora sob forte vigilância e controlo de doze divisões militares, fortemente armadas e dispostas a aniquilar toda e qualquer oposição. Tudo foi vasculhado, mandando-se recolher à cidade de Silves todas as alfaias que pudessem ser usadas como armas, nomeadamente

as foices, roçadeiras, machados e espetos.⁵⁵ Por outro lado, os ferreiros e sobretudo os ferradores foram obrigados a recolher-se às guarnições militares, para que não prestassem qualquer apoio à cavalaria rebelde.

Perante isto o Remexido decidiu-se, novamente, pela dispersão das suas forças, camuflando-as no seio das populações a que pertenciam, até que as perseguições cessassem. Por isso diminuíram consideravelmente os ataques das guerrilhas, que apenas se fizeram sentir em Vila Nova de Mil Fontes, Moncarapacho e Santiago do Escoural. Os alvos preferenciais dos guerrilhas eram geralmente os clérigos comprometidos com o novo regime, as quintas de lavradores abastados e os estancos do tabaco, cuja fluidez em metal sonante tornava-os bastante cobiçados.⁵⁶ Em todo o caso, os rendimentos das pilhagens e os apoios financeiros, obtidos interna ou externamente, eram cada vez mais escassos. Disso resultavam deserções, falta de abastecimentos e condições de manutenção das forças militarizadas, evidenciando-se, assim, um irreversível processo de enfraquecimento das hostes rebeldes.

O pânico instalado junto das populações pela divulgação dos Editais de repressão, emanados pelas autoridades governativas, quebrara os elos de cooperação com os rebeldes, a ponto destes se debaterem com falta de víveres e escassez de meios financeiros para pagamento do pré e aquisição de cartuchame.⁵⁷ E só não acabou ali o “império da guerrilha” porque, mais uma vez, as contingências políticas vividas na capital alteraram a marcha dos acontecimentos no Algarve. As lutas pelo poder no seio do partido setembrista,

⁵⁴ Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, Livro da Correspondência com os Ministros, 1838-1839, cota 355-A, registo n.º 73, fl. 31 v.º.

⁵⁵ Arquivo Histórico Militar, Ofícios da guerrilha do Remexido denominados oficiais, 1ª divisão, 21ª secção, caixa 7, n.º 1, carta de um tal António de Brito dirigida ao Remexido em 28-5-1838, na qual refere que os povos da serra estavam tão assustados com a vigilância da tropa que se recusavam a falar com os guerrilhas, sob pena de poderem ser passados pelas armas. O clima instaurado era de autêntico terror.

⁵⁶ Para se ter uma ideia da importância económica dos estancos do tabaco, basta dar como exemplo o assalto à aldeia de Moncarapacho, onde as guerrilhas obtiveram a apreciável soma de 120\$000 réis. Em contrapartida, nos ataques perpetrados à residência do prior de Vaqueiros e a mais quatro propriedades de Tavira e Estoi, apenas lograram apurar 50\$000 rs, o que dá para perceber a diferença de valores e a notoriedade financeira daqueles estabelecimentos comerciais.

A.H.M., Diversos documentos relativos à guerrilha do Remexido, 1ª divisão, 21ª secção, caixa 7, n.º 1, «Rellação dos Dinheiros thirados em diferentes Povos da Serra e Algarve pello Sargento Vintura»

⁵⁷ A.H.M., Ofícios da guerrilha do Remexido denominados oficiais, 1ª divisão, 21ª secção, caixa 7, n.º 1, carta de Joaquim Nogueira Camacho, datada de 12-4-1838, na qual informa o Remexido do estado andrajoso em que se encontravam os seus homens. Numa outra de Jacinto José Nunes, datada de 14-5-1838, informa-se o comandante da guerrilha da falta de «dinheiro para pagar despesas», situação essa que vem a ser corroborada noutro ofício datado de 13-6-38, assinado por António Venâncio José Ramos, em que diz não dispor de meios para «pagar aos soldados». E sem dinheiro não se podia sustentar uma causa, por mais justa e sublime que fosse a sua doutrina ou os seus ideais.

Proclamação

Portuguezes, até quando dormireis adormido sobre o nome das mallas, q' tem causado
 a vossa desgraça, a vossa miseria, e vosso opprobrio? Será possível, Portuguezes, q' chies
 de cobardia vixas a chorar e a chorar blasfemado em publico o Nome do Eterno, Creador do
 Ceu, e da Terra? Seus Templos profanados, seus Altars de molidos: despedaçadas
 as sagradas Imagens: as Religiões extintas: e destruidos os preceitos da Igreja? —
 Que vixas com indifferença vossos Pais, vossos Filhos, vossos Parentes, e amigos rou-
 bados, espancados, e assassinados, correndo por toda a parte o sangue de vossos Com-
 patriotas, derramado com tanta perfidia, e barbaridade? — Que vixas em
 indobnacia vossas Mulheres, vossas Filhas humilhadas, violentadas, e des-
 honradas publicamente? — Que vixas obriene Portugal sem Ordem,
 sem Lei, sem Governo, entregue a alguma Faccão, q' despoticamente tem rou-
 lado a Nação? — Ah! não, Portuguezes: levantai-vos de profundo lethargo,
 q' vos opprime, o Amor da Patria vos chama, o Kello de diante Reliquias vossas
 obriga. Ouvi, Portuguezes, ouvi a Augusta voz do verdadeiro, e legitimo Rei
 de Portugal, El Rey Nosso Senhor o Senhor Dom Miguel Primeiro na sua
 Proclamação de 21 de Marco de 1836. Elle vos manda como a's Armas,
 Elle vos manda a lutar debaixo das Bandeiras do Grande Senhor Dom Affonso,
 sob o comando daquelles Chefs, que auctorizou para vos dirigir a grande
 empresa da Nossa Restauração. — Portanto, sendo eu hum dos nomeados
 como Governador do Algarve, e Commandante em Chef Interino do Exército do
 Sul e Brigadeiro de seus Reaes Exércitos vos convide a que vos vindaes reunir
 e ordeno, que todas as praças pertencentes aos Regimentos de Infantaria 2.^a
 e 14.^a Artilleria 2.^a Caradores 2.^a, e cavallaria 2.^a, cujos corpos se achão for-
 mados, de a presentem, os da Provincia dentro de praxo de dez dias
 fora da Provincia vinda, q' se juntarão da publicação desta: Amosna q' a
 publicação de vossas praças da 2.^a Linha, e voluntarios Realistas, e alie-
 tos de deo, se vinda, durante a actual desta, na conformidade do Artigo de
 officio Gossarás os Mandatos, que virem agora annexos.

Portuguezes mostramos ao Mundo inteiro, que ain-
 da somos a quellas Portuguezes, celeros na Historia, e admirados por todas as
 Nações pelas suas virtudes, Kello da Honra dos seus Reis, amor a' sua Pa-
 tria: respeito a' Santa Religião Catholica, e fidelidade a' seus verdadei-
 ros, e legitimos Monarchas. 2.^a Junho em as Serras, 3 de Maio de
 1837

José Joaquim LeSouro Reis Penachil
 Brig.^o Gen.^o de M.^o em Chef. Inter.^o do Sul

entre os oficiais radicais da Guarda Nacional e os moderados chefiados por Sá da Bandeira, originaram o sangrento «massacre do Rossio» e, conseqüentemente, a dissolução da Guarda. Esta imprevisível decisão do governo provocaria nas guarnições do Sul uma desmobilização dos efectivos militares avaliada em 1300 homens.⁵⁸

As guerrilhas poderiam ter suspirado de alívio se as contingências do destino, desta vez, não se tivessem virado para o lado do mais forte. Com efeito, no dia 28 de Julho, delataram a presença do Remexido à frente de uma força de 248 homens no sítio da Portela da Corte das Velhas. O Coronel Fontoura ordenou logo que, em marchas forçadas, a 1ª Coluna, comandada pelo Major José Ignacio de Vasconcelos, partisse de Almodôvar em direcção às Cortes Velhas, onde deveria aguardar pela 5.ª Coluna, chefiada pelo Cap. Manuel Maria Cabral, que partira de S. Martinho das Amoreiras; a estas iriam ainda juntar-se as 3ª e 6ª Colunas, conduzidas, respectivamente, pelo Cap. Joaquim Mendes Neutel e Major João Nunes Cardoso, ambas vindas de São Bartolomeu de Messines. A numerosa força, deste modo reunida, tornava-se imbatível, perante as escassas duas centenas de homens de que dispunham os rebeldes. Ciosos da oportunidade de capturar o mais cobiçado de todos os troféus, marcharam rapidamente até ao sítio do Monte do Grou, nas proximidades de S. Marcos da Serra, onde cercaram o inimigo.⁵⁹

Sentindo-se acossados desfecharam forte descarga de fuzilaria sobre as tropas constitucionais, que iam sendo colhidas de surpresa. Estabeleceu-se então cerrado tiroteio, mas a diferença de efectivos deixava em desvantagem as guerrilhas. Face ao desequilibrado poder de fogo e às dificuldades de furar o cerco, os rebeldes viram cair 56 dos seus homens, após o que iniciaram uma desordenada retirada. Para trás ficou o Remexido a descoberto e à vista da tropa que logo o identificou. Após tenaz perseguição do capitão Cabral foi o comandante da guerrilha desarmado e aprisionado. Levaram-no para Loulé, onde o presidente da edilidade mal recebeu a notícia da captura do “infame guerrilheiro” mandara repicar o sino do relógio da Igreja Matriz e acender aluminárias nas ruas, tendo voltado a repicar os sinos quando entraram na vila os oficiais que traziam acorrentado o Remexido para pernoitar na cadeia local.⁶⁰ Mas não foi só o Remexido que foi posto a ferros na cadeia de Loulé, pois que com ele vieram vários outros guerrilhas, que ali ficaram internados, sobrelotando as instalações da cadeia, para cujo sustento se encarregou a Misericórdia de reunir dinheiro, trigo e outros bens para manter e assegurar o mínimo conforto dos prisioneiros.⁶¹ A vereação camarária, por sua vez, aprovou oferecer ao Coronel Gomes Fontoura um atestado de gratidão, no qual se comprova ter sido capturado e dado entrada naquela vila o “facinoroso Remechido” no dia 31 de Julho debaixo de escolta militar, pelo que só no dia imediato é que seguiria para Faro, facto esse até hoje completamente ignorado.⁶²

⁵⁸ Vide o discurso proferido pelo brigadeiro Fontoura na Câmara dos Deputados em 14-2-1839, publicado em *O Tempo*, nº 326 de 6-3-1839, no qual se refere ao pernicioso desfalque das Guardas Nacionais nas guarnições que defendiam as localidades do Alentejo e Algarve.

⁵⁹ A identificação do lugar onde se abriu fogo contra os guerrilhas e se aprisionou o Remexido encontra-se claramente definida num ofício do Administrador Geral do Distrito Faro para o Ministro do Reino datado de 31-7-1838.

Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, Livro da Correspondência com os Ministros, 1838-1839, cota 355-A, registo n.º 453, fl. 148.

⁶⁰ Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/B/A/001/Lv.º 126 (1837-1840), Actas da Vereação, fls. 88v.º-89, sessão extraordinária de 30-07-1838. «(...) O Presidente participou à Camara que tinha mandado repicar os sinos do Relógio e posto luminarias logo que lhe constou ter sido apresionado o traidor e infame Guerrilheiro o Remechido, e que propunha à Camara para deliberar sobre este objecto, se convinha fazer mais alguma demonstração de regozijo, e a Camara deliberou que se repicassem os sinos logo que chegue o General com as colunas que sahirão em perseguição das guerrilhas, e que o conduzem prisioneiro com o Remechido, e que se dê uma demonstração de agradecimento ao General e Bravos Officiaes e Tropas.»

⁶¹ Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/B/A/001/Lv.º 126 (1837-1840), Actas da Vereação, fls. 91, sessão extraordinária de 04-08-1838. «(...) foi presente um officio do Provedor da Misericórdia desta Villa datado de 2 do corrente, participando que havia remittido para se applicar à sustentação dos Prezos, trezentos e sessenta reis em dinheiro, dois alqueres e quarta de trigo, e outras deferentes couzas adequadas pelo peditorio feito pelos irmãos da dita Misericórdia (...).»

⁶² «(...) A Camara deliberou offerer em signal de gratidão ao Coronel José Joaquim Gomes Fontoura comdte. das Operações na 8.ª Divisão Militar um atestado em que se declare que entrou nesta Villa no dia trinta um de Julho próximo findo acompanhando prisioneiro o Rebelde e facinoroso Remechido, seguindo-se acompanhalo no dia seguinte desta dita Villa para a Cidade de Faro.»

Idem, idem, Actas da Vereação, fls. 91, sessão extraordinária de 04-08-1838.

Só no dia seguinte é que partiu para Faro, onde foi julgado em Conselho de Guerra, no dia 1 de Agosto, no salão nobre da Misericórdia, que o condenou à pena capital. Para que não restassem dúvidas de que se tratava da execução do celerado guerrilheiro, ordenou o Administrador Geral «que de cada freguesia da serra viessem seis homens com cada Regedor de Parochia assistir a execução do malvado afim de que por este modo se tome atestamento inegavel».⁶³

No dia seguinte, pelas dezoito horas no Campo da Trindade (actual Jardim João de Deus, vulgo Jardim da Alameda) foi fuzilado, e de imediato sepultado no cemitério da Misericórdia.

A sua presença de espírito perante o tribunal que o condenou⁶⁴, a forma serena, íntegra e respeitosa como recebeu os últimos sacramentos; as últimas palavras que por escrito dirigiu ao filho no sentido de procurar, no indulto que a lei lhe oferecia, a paz que ele próprio nunca desfrutara,⁶⁵ são pormenores que revelam a superior personalidade de um homem honrado, fiel às suas convicções e juramentos. Uma análise minuciosa das declarações proferidas durante o julgamento permitem perceber que o Remexido não era o ferino bandoleiro que o governo propagandeava aos quatro ventos. Bem pelo contrário, era um chefe militar de arreigados princípios políticos e razoável instrução, profundamente crente na superioridade da fé católica, pela qual também se bateu de armas na mão. Carecem de qualquer fundamento as descrições físicas que faziam dele um ímpio assassino, façanhudo e de porte selvagem. Era em tudo um homem normal, com a singular diferença de se mostrar inabalável nas convicções políticas e religiosas, não admitindo, nem



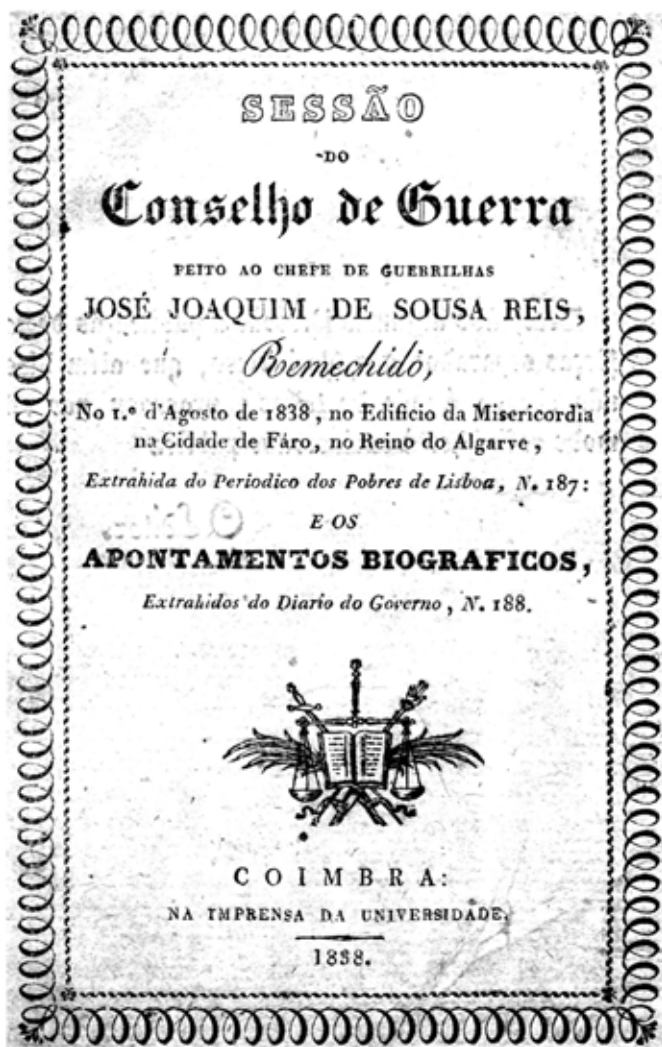
mesmo perante os seus algozes, a mais ligeira tibieza na sua coerência.

Qualquer que seja o prisma com que observemos as posições políticas e as atitudes militares sustentadas por este homem, não restam dúvidas que sempre se manteve fiel e igual a si próprio e ao trono que jurou fidelidade. Apesar de todos os crimes de que foi acusado, soube sempre manter, tanto no passado como no presente, a aura de um mítico lutador que pelos seus débeis meios tentou chegar à altura dos seus adversários. Seja como for, de uma coisa temos a certeza é que o Remexido foi, após a «Convenção», o único rosto credível da contra-revolução e, certamente, o seu mais valoroso chefe político no território português. Por isso é que com o seu fuzilamento morreu também a causa miguelista. As esporádicas escaramuças dos Baioas ou até do seu próprio filho já quase não tinham sentido. Os serrenhos depressa perceberam que sem o seu chefe carismático não

⁶³ Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, Registos da Correspondência Expedida em 1838, cota 132, registos n.º 1019, fls. 262 v.º-263.

⁶⁴ Os termos do interrogatório das testemunhas que identificaram e acusaram o Remexido, assim como as próprias declarações do júri e do réu, que constituem as bases do processo de julgamento em Tribunal de Guerra, foram publicadas em Suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 188, de 1-8-1838, com o título «Sentença do conselho de guerra em Faro contra José Joaquim de Sousa Reis o *Remexido*, condenado à morte como chefe das guerrilhas que roubaram e devastaram as povoações do Algarve», Lisboa, Imprensa Nacional, in-fólio de 8 pp., que possui um exemplar. Também conheço e possuo um raríssimo exemplar de um livrinho que veio a público, imediatamente a seguir ao julgamento, com o título *Sessão do Conselho de Guerra feito ao chefe de guerrilhas José Joaquim de Sousa Reis, Remexido, no 1º d'Agosto de 1838, no Edifício da Misericórdia na Cidade de Faro, no Reino do Algarve, Extrahida do Periodico dos Pobres de Lisboa, n.º 187: e os Apontamentos Biográficos, Extrahidos do Diario do Governo, n.º 188*, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1838.

⁶⁵ Essa comovente carta de despedida que o Remexido escreveu ao filho foi publicada no jornal *O Eco*, n.º 297 de 28-8-1838; merece leitura atenta por ser reveladora dos mais sublimes sentimentos de um chefe de família e de um homem bom, imagem essa que não se coadunava com a do facinoroso assassino que a propaganda liberal havia espalhado aos quatro ventos.



havia possibilidades de manterem de pé a bandeira do absolutismo. Tudo se desmoronara naquele pelotão de fuzilamento.⁶⁶

Os que persistiram em honrar a sua memória não lhe sobreviveram por muito tempo.⁶⁷ O filho, Manuel da Graça Reis, herdou a difícil tarefa de manter a guerrilha unida e em redobrada actividade, o que, apesar dos ataques que realizou nas freguesias do Cercal, Santa Luzia, Giões, Martim Longo⁶⁸ e Azinhal, não foram suficientes para granjear das populações serrenhas a aura de prestígio e respeito ostentada pelo pai.⁶⁹ Um ano depois da morte do Remexido, as antigas guerrilhas da serra transformaram-se em pequenos grupos de ladrões, salteadores de estradas e bandoleiros esfaimados, sem bandeiras, sem ideais, apenas com a vida a prazo.⁷⁰ O coronel José Joaquim Gomes Fontoura, que impôs uma estratégia de implacável rigor na perseguição aos rebeldes, não deixou, porém, de ser apaziguador e magnânimo para com todos aqueles que depusessem as armas, amnistiando-os dos crimes que lhes eram imputados e mandando-os de regresso aos seus lares. Com esta política capitulacionista enfraqueceu a coesão e ferocidade do inimigo, cujos líderes foram sucessivamente abatidos pelas tropas governamentais em ataques ou emboscadas. Além disso, o desequilíbrio das forças era abissal, pois enquanto as guerrilhas dispunham de

⁶⁶ As próprias autoridades estavam disso cientes. Com a morte do seu chefe carismático, depressa as guerrilhas desmobilizariam por falta de motivação e de coesão militar. Por isso é que o Administrador Geral do Distrito quando oficiou ao Cônsul de Cádiz que o «Remexido, que havia tanto tempo capitaneava os guerrilhas miguelistas das serras de Algezur e Alemtejo» fora «punido com a pena capital sendo fuzilado nesta Cidade em o dia 2 do corrente, com a maior publicidade» admitia como inquestionável «que com a falta de tamanho facinora se estingão pouco a pouco os bandos que ainda restão».

Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, Registos da Correspondência Expedida em 1838, cota 132, registos n.º 1072, fls. 276 v.º-277.

⁶⁷ Francisco Baioa foi abatido a 2-10-1838 no Monte da Fonte das Cânteras, na freguesia de Santa Vitória. E o seu irmão João Baioa foi morto a 27-11-1838, no Monte do Almargem, no distrito de Évora.

Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, Registos da Correspondência Expedida em 1838, cota 132, registos n.º 1448 e 1449, fls. 375.

⁶⁸ Segundo as informações do Administrador de Alcoutim, aquele concelho «havia sido invadido pelo Remexido [filho] e 33 companheiros, todos a cavalo, as povoações de Giões e martim-longo em os dias 27 e 28 deste mez, fazendo destruir as fortificações».

Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, Registos da Correspondência Expedida em 1838, cota 132, registos n.º 1140, fls. 293 v.º.

⁶⁹ O bando de Manuel da Graça Reis oscilava entre vinte e trinta homens, número esse que é referido pelo Administrador do Concelho de V. R. Stº António, quando se reporta ao assalto perpetrado pelas guerrilhas na freguesia do Azinhal em 20-12-1838. Nesse ataque o filho do Remexido foi ferido numa perna e num braço. Provavelmente terá sido em consequência desses ferimentos que viria a sucumbir cerca de um ano depois.

Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, Livro da Correspondência com os Ministros, 1838-1839, cota 355-A, registo n.º 714, fl. 240 v.º.

⁷⁰ Com grupos de 20 a 40 homens as guerrilhas do Padre Marçal José Espada e de Francisco Nogueira Camacho arrastaram-se pelo Alentejo e o Algarve, fugindo às tropas do governo e realizando os ataques possíveis, como foi exemplo aquele que perpetraram nos Montes do Alvor e no sítio de Boia.

Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, Livro da Correspondência com os Ministros, 1838-1839, cota 355-A, registo n.º 535, de 3-8-1839.

apenas 400 homens, as forças liberais compunham-se de 2541 soldados de infantaria, 292 cavaleiros e 1471 homens alistados nos Corpos Nacionais.

O desfecho dos acontecimentos, face aos sucessos militares das tropas do governo, só poderia ser desfavorável aos rebeldes. Manuel da Graça Reis que havia sido ferido no ataque ao Azinhal, foi visto em Vaqueiros, nos montes de Martim Longo e de Almodôvar, a ser transportado pelos seus homens encima de uns sacos de palha, arrastando-se ferido de morte. Essa via sacra terminaria a 10-11-1839, nas imediações da fatídica freguesia do Azinhal, onde, quase moribundo, seria detido e transferido para o Hospital de Faro, acabando por falecer um mês depois.⁷¹ O Padre Marçal José Espada, que se arvorava de ter

sido o secretário particular do Remexido e um dos seus mais violentos sicários, foi abatido a tiro, em Dezembro de 1839, na serra do Malhão. E em 1840, junto a Mértola, foram “caçados” os últimos cabecilhas da guerrilhas miguelistas: Alferes Ventura, Silvestre Joaquim Cabrita e Joaquim Nogueira Camacho. Pode-se dizer que a partir desse ano deixou de existir uma oposição armada ao novo regime, sendo considerados literalmente exterminados os bandos de rebeldes que infestavam a serra algarvia.

A memória dos homens não pode ficar indiferente ao fenómeno da luta de guerrilhas no Algarve, e muito menos poderá deixar de realçar, a carismática figura do Remexido, que foi, sem sombra de dúvidas, a pedra angular da contra-revolução miguelista nas províncias do Sul. E em toda a sua envolvimento pública, dividem-se as perspectivas em que sobressalta a personalidade de um homem de fortes convicções políticas, que se tornou no único mito que ainda hoje povoa o nosso legendário popular. Uns vêem-no como um feroz sanguinário, outros como um primitivo rebelde, um idealista generoso ou sebastiânico herói popular. Não obstante a opinião e a opção política de cada um acerca do Remexido, numa coisa teremos de concordar, é que não houve na história do Algarve nenhum outro homem que tenha concitado à sua volta uma aura de tão forte e acentuada celebridade, transformando-se num mito popular que ainda hoje suscita ódios e paixões.



⁷¹ Arquivo Distrital de Faro, Registos Paroquiais, Livro de Óbitos da freguesia da Sé de Faro, 1839, cota 4-5 2547.

1 - Fontes Manuscritas**1.1 - Arquivos Regionais****Arquivo Distrital de Faro**

Núcleo do Governo Civil, Livro de Correspondência com os Ministros, 1834-1835; e Livro de Correspondência, de 1838-1839, cota 355-A.

Registos da Correspondência Expedida em 1838, cota 132, registos n.º 1019, n.º 1072, n.º 1140, n.º 1448 e n.º 1449.

Câmara Municipal de Faro, Serviços Administrativos, Expediente, Correspondência Recebida, A.1.1-4.

Registos Paroquiais, Livro de Óbitos da freguesia da Sé de Faro, 1839, cota 4-5 2547.

Arquivo Municipal de Loulé

Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/B/A/001/Lv.º 124 (1832-1834), Livro de Actas da Vereação.

Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/B/A/001/Lv.º 126 (1837-1840), Livro de Actas da Vereação.

Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/H/002/ Maço 002 (1835).

Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/H/002/ Maço 003 (1837).

Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/C/A/003/Maço 015 (1836).

Câmara Municipal de Loulé, CMLLE/C/A/003/Maço 017 (1838).

1.2 - Arquivos Nacionais**Arquivo Histórico Militar**

Correspondência para o Ministro da Guerra acerca das guerrilhas miguelistas, 1ª divisão, 21ª secção, caixa 13, n.º 1, 1834-1835.

Diversos documentos relativos à guerrilha do Remexido, 1ª divisão, 21ª secção, caixa 7, n.º 1, 1836-1838.

Arquivo Histórico Parlamentar

Representações das Câmaras Municipais à Câmara dos Deputados, Silves, Secção I e II, caixa 308, doc. n.º 63; cx 310, doc. n.º 86; cx. 310, doc. n.º 93.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Maços 708, doc. n.º 6, 1836; e 389, doc. n.º 3, 1837.

Biblioteca Nacional de Lisboa

Reservados, Códice 9193, carta de António Ribeiro Saraiva, dirigida a Joaquim Severino Gomes, datada de 31-8-1837.

Reservados, «Relatório de Sucessos Miguelistas – 14 de Maio de 1837 a Julho de 1838».

2. - Fontes Impressas

Anais das Bibliotecas e Arquivos, II Série, vol. XI, de 1-6-1933.

Chronica Constitucional de Lisboa, Lisboa, 25-7-1831 a 31-12-1833.

Chronica Constitucional do Porto, Porto, 11-7-1832 a 31-12-1833.

Chronica do Algarve, Faro, 15-7-1833 (número único).

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Camaras Legislativas, 3.ª série, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1835.

Collecção de Legislação, publicada em 1834, depois da abertura das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa em 15 de Agosto, Lisboa, na Imprensa de Galhardo e Irmãos, 1835.

Diário do Governo, n.º 215 de 10-9-1836, e n.º 51 de 1-3-1837.

O Eco, n.º 140 de 1-12-1836; n.º 215 de 18-11-1837; e n.º 297 de 28-8-1838.

O Independente, n.º 134 de 29-7-1836.

Rellação de alguns assassinatos politicos perpetrados em Portugal pelos liberaes depois da Convenção D'Evora Monte, s/l, s/d. [BNL, H.G. 9650⁸ P.]

Sessão do Conselho de Guerra feito ao chefe de guerrilhas José Joaquim de Sousa Reis, Remexido, no 1º d'Agosto de 1838, no Edifício da Misericórdia na Cidade de Fátima, no Reino do Algarve, Extrahida do Periodico dos Pobres de Lisboa n.º 187 e os Apontamentos Biograficos Extrahidos do Diario do Governo n.º 188, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1838.

O Tempo, n.º 326 de 6-3-1839.

3. - Estudos

Biographia de Remexido, Lisboa, na Typ. da S.P. das Bellas Letras, 1838.

Biographia de Remexido o celebre guerrilheiro do Algarve. Memorias authenticas da sua vida, com a descripção das luctas partidarias de 1833 a 1838, no Algarve, e o seu interrogatorio, na integra, no conselho de guerra que o sentenciou, em Faro, 2ª ed., Tavira, Typ. Burocratica, 1892.

CALLIXTO, Carlos Pereira. *A Linha Fortificada que, durante a Guerra Civil, defendeu a cidade de Faro do Cerco Miguelista*, Faro, 1990 [separata dos «Anais do Município de Faro», n.º XIX, 1989].

CARDOSO, António Monteiro. «O Miguelismo e o movimento camponês. Algumas questões a propósito da guerrilha do Remexido», in *História & Critica*, n.º 8, Lisboa, 1982, pp. 60-62.

CHAGAS, Ofir. *Remexido, guerrilheiro realista do Algarve*, Tavira, ed. do Autor, 1997.

COSTA, Hermenegildo. «Um interessante documento das lutas constitucionais num pequeno povo do Algarve», in *Arquivo Nacional*, Ano III, n.º 134 de 3-8-1934, pp. 1311-1312.

FEIJÓ, Inácio Maria. *Remexido, o guerrilheiro, ou os últimos dez anos da sua vida*, Lisboa, 1861.

FERREIRA, Cândida Florinda. *Talhinhas e as Guerrilhas*

Constitucionais: notícias monográficas inéditas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *Rebeldes e insubmissos: resistências populares ao Liberalismo (1834-1844)*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.

FORJAZ, Augusto. *Livre das Feras...*, Lisboa, Livraria Ferin, 1915.

FREIRE, João Paulo. «Miguelismo em terras do Algarve», in *História da Vida... Crónicas e Conferências*, Porto, s/d.

HOBBSAWM, Eric J. *Bandits*, 2ª ed., Middlesex, Penguin Books, 1985.

----- . *Los Campesinos y la Política, las classes campesinas y las lealtades primordiales*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1976.

----- . *Rebeldes Primitivos, estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

IRIA, Alberto. *As Relíquias do Remexido, evocadoras do valoroso e nobre defensor da realeza de D. Miguel I no Algarve - Nótula Histórico-Iconográfica*, Lisboa, Tip. das Oficinas de S. José, 1945.

JUSTINO, David. *A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Editorial Vega, s/d [1988-1989].

LIMA, Augusto C. Pires de. *Diário de um Soldado Miguelista (José Bento Fernandes)*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1925.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira. *Batalhão de Caçadores Espanhóis do Guadiana (1834)*, Vila Nova de Famalicão, 1938 [sep.«Boletim Arquivo Histórico Militar»].

----- . «Batalhão de Voluntários Franceses», in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n.º 4, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, pp. 1-88.

-----. *Corpo de Atiradores Portugueses ou Corpo de Atiradores Belgas (1833-1834)*, Lisboa, 1935 [sep. «Boletim Arquivo Histórico Militar»].

LIMA, Jorge Hugo Pires de. *Processos políticos do reinado de D. Miguel. Sumários*, Coimbra, 1967 [sep. «Boletim da Universidade de Coimbra», vol. XXVIII].

LOPES, João Baptista Silva. *Corografia ou Memoria Economica Estadistica e Topografica do Algarve*, Lisboa, Typ. Academia das Sciencias, 1841.

-----. *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Typ. da Academia das Sciencias, 1848.

LORETTE, J. *Les Expéditions Militaires Belges au Portugal en 1832 et 1834*, Bruxelles, s/d.

[LOUREIRO, José Joaquim]. *Breve Noticia da Expedição do Marechal do Exército Duque da Terceira sobre o Reino do Algarve em 1833*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851.

LOUSADA, Maria Alexandra. «D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa», in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 4, Abril, Lisboa, Quetzal Edts., 1990, pp. 81-118.

MACEDO, Jorge Borges de. *Para o Encontro de uma Dinâmica Concreta da Sociedade Portuguesa (1820-1836)*, Coimbra, sep. da «Revista Portuguesa de História», tomo XVII, 1977.

MACHADO, António do Canto; CARDOSO, António Monteiro. *A Guerrilha do Remexido*, Mem Martins, Pub. Europa-América, s/d.

Memoria dos Desastrosos Acontecimentos de Albufeira por ocasião da invasão dos guerrilhas em Julho de 1833, Lagos, Typ. Lacobrigense, 1873 [2ª ed., Tavira, Typ. Burocratica, 1894].

Memórias de um Prezo Emigrado pela Usurpação de D. Miguel, manuscrito anónimo do século XIX, Lisboa, 1845 [2ª edição, Moraes Edts, 1984].

Memórias sobre a Aclamação do Infante D. Miguel em Faro, Faro, D.R.S. da SEC, 1990 [estudo introdutório de J. C. Vilhena Mesquita].

MESQUITA, José Carlos Vilhena. *Liberalismo e Anti-Liberalismo no Algarve*, 2 volumes, Faro, Universidade do Algarve, 1988 [dactiloscopiado, dissertação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica].

-----. *O Algarve no processo histórico do liberalismo português (A Economia e a Sociedade, 1820-1842)*, 2 vols., Faro, Universidade do Algarve, 1997 [dactiloscopiado, dissertação de doutoramento].

-----. «O Remexido, glória e morte de um mito», in *Remexido*, Lagoa, Arquivo Municipal de Lagoa, 2005, pp. 12-28.

MÓNICA, Maria Teresa. *Errâncias Miguelistas (1834-1843)*, Lisboa, F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 1991 [dactiloscopiado, tese de Mestrado].

-----. «Correspondência Miguelista: textos e personagens», in *Revista da Biblioteca Nacional*, II série, vol. 2, n.º 1, Lisboa, 1987, pp. 61-92; e vol. 4, n.º 1, Lisboa, 1989, pp. 65-82.

-----. «Errâncias Miguelistas», in *Revista da Biblioteca Nacional*, II série, vol. 9, n.º 2, Lisboa, 1994, pp. 21-37.

NORONHA, Eduardo. *O Remexido*, 2 vols., Porto, Companhia Portuguesa Editora, s/d.

OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde. *Monografia de Estombar, concelho de Lagoa*, Porto, Typographia Universal, 1911.

PACHECO, Jose Ignacio Borges Romeira. *Reflexões sobre o Estado do Algarve, o que precisa para que o seu commercio e industria prospere, e os seus productos adquiram mais credito, prompta venda e melhores preços nos principaes mercados*, Lisboa, Typ. do Progresso, 1855.

PARDOUX, Baron de Saint. *Journal d'un officier français aux service de Don Miguel pendant les campagnes de Portugal en 1833 et 1834*, Paris, G.A. Dentus, 1834 [teve 2ª ed., em 1835 e tradução portuguesa em 1836 com o título *Campanhas de Portugal em 1833 e 1834*].

Remexido celebre guerrilheiro do Algarve e sua guerrilha, Lisboa, Verol Junior Encadernador, s/d (Colecção Criminosos Célebres n.º 7).

ROCHA, Manuel João Paulo. *Monographia - As Forças Militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela Liberdade*, Porto, Typographia Universal, 1910.

SAMPAIO, José Rosa. *A guerrilha do Remexido no concelho de Monchique*, Monchique, ed. do Autor, 2002.

SANTOS, Rossel Monteiro. *História do Concelho de Lagoa*, 2 vols., Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Lagoa, 2001.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. *Miguelismo, Ideologia e Mito*, Coimbra, Minerva Histórica, 1993.

----- . «Miguelismo na História Contemporânea de Portugal - retrospectiva e subsídios bibliográficos», in *Itinerarium*, Ano XXXIX, n.º 146-147, Braga, Editorial Franciscana, 1993, pp. 537-647.

SILVA, Joaquim Palminha da. «Guerrilheiros Bando-leiros e Rebeldes», in *História*, Lisboa, Pub.Projornal, Ano XII, n.º 124-130, Janeiro-Julho, 1990.

SORIANO, Simão José da Luz. *Historia do Cerco do Porto*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1846-1849.

----- . *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, 7 tomos em 19 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890.

----- . *Utopias Desmascaradas do Systema Liberal em Portugal ou Epítome do que entre nós tem sido este systema*, Lisboa, s/tip., 1858.

SUARCE, Colonel Baron de. *Journal de l'expédition des Algarves, sous le commandement du Márechal Duc de Terceira, année 1833*, Paris, Bachelier, imprimeur-libraire, 1834.

[TERCEIRA, Duque da]. *Parte Official das Operações da divisão expedicionaria do commando do invicto marechal Duque da Terceira, desde o seu desembarque em Cacella, no Algarve, até á entrada em Lisboa no memoravel dia 24 de Julho de 1833*, Lisboa, Typ. de Christovão Augusto Rodrigues, 1878

TORGAL, Luís dos Reis, e Isabel Nobre Vargues. «Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1994, vol. V [O Liberalismo (1807-1890)], pp. 65-88.

VALENTE, Vasco Pulido. *Os Devoristas. A Revolução Liberal 1834-1836*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993.

----- . «Os levantamentos miguelistas contra a Carta Constitucional (1826-1827)», in *Análise Social*, vol. XXX, n.º 133, Lisboa, 1995, pp. 631-651.

VARGUES, Isabel Nobre. «Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851), subsídios para uma cronologia e bibliografia» in *Revista de História das Ideias*, n.º 7, 1985, pp. 501-572.

VILELA, José Luis. «O Remexido e os Assaltos ao Correio», in *História*, Lisboa, Pub. Projornal, Ano XIV, n.º 148, Janeiro de 1992, pp. 28-46.